

## PREÇOS

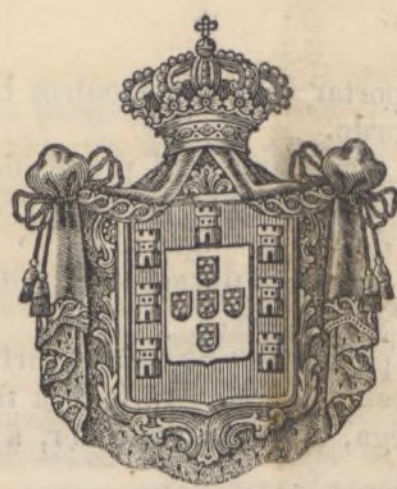
## ASSIGNATURAS

Por um anno . . . . .	10\$000
Por seis meses . . . . .	5\$600
Por tres meses . . . . .	3\$000
Avulso por folha . . . . .	\$040
Anuncios, por linha . . . . .	\$060

A correspondencia official da capital de Lisboa, na imprensa nacional, aonde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o Diario de Lisboa.

Anunciam-se todas as publicações litterarias, de que se receberem dois exemplares.

Anno 1860—Numero 115



Sexta-feira 18 de maio

# DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

## PREÇOS

## ASSIGNATURAS

Por um anno . . . . .	12\$000
Por seis meses . . . . .	6\$600
Por tres meses . . . . .	3\$600

Comunicados e correspondencias, por linha . . . . . \$060

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realisar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou communicados, deve vir acompanhada da importancia das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do Diario de Lisboa, rua Augusta n.º 224 e 226.

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

## PARTE OFFICIAL

## MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECÇÃO GERAL DE INSTRUÇÃO PUBLICA

3.ª Repartição

Tendo o professor de ensino primario da villa do Cartaxo, no districto de Santarem, Gonçalo Caldeira, abandonado a sua cadeira, saindo d'aquella localidade nos principios de março de 1859, sob pretexto de tratar da sua saude, sem jamais voltar ao exercicio da escola, nem justificar a ausencia, não obstante ter sido suspenso, e chamado por editos para assumir as funções do magisterio, ou deixar vaga a cadeira para todos os effeitos legais: hei por

bem, conformando-me com o parecer do conselho geral de instrução publica, interposto na sua consulta de 8 de maio de 1860, demittir o mencionado Gonçalo Caldeira do logar de professor vitalicio da cadeira de ensino primario da villa do Cartaxo, para que havia sido nomeado por decreto de 18 de agosto de 1855.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 9 de maio de 1860.—REI. Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

## REPARTIÇÃO DE CONTABILIDADE

Para os effeitos de que trata o artigo 2.º da carta de lei de 24 de agosto de 1848, annuncia-se haver requerido por este ministerio Angelica da Encarnação dos Santos Pinto, por si e como tutora de seus filhos, o pagamento do ordenado do mez de janeiro do corrente anno, na importancia de 14\$515 réis, que se ficou devendo a seu finado marido Francis-

co Antonio Norberto dos Santos Pinto, na qualidade de professor, que foy, da aula de instrumentos de latão do conservatorio real de Lisboa.

## MINISTERIO DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS E DE JUSTIÇA

DIRECÇÃO GERAL DOS NEGOCIOS DE JUSTIÇA

1.ª Repartição

Por officio de 12 do corrente se participou ao conselheiro presidente da relação do Porto, que está vago um dos officios de escrivão e tabellião do juizo de direito da comarca de Moncorvo, por fallecimento de João Manuel Trigo, a fim de se abrir concurso sem demora para o provimento do mesmo officio, e de proceder-se em tudo o mais na conformidade dos decretos de 20 de setembro de 1849 e de 10 de fevereiro de 1858, publicados nos Diarios do Governo n.º 222 e 30 dos respectivos annos, bem como da circular de 16 de julho de 1859 (Diario n.º 175).

## MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

Relação n.º 916, com referencia ao districto de Lisboa, dos titulos de renda vitalicia que se remette pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de serem entregues ás interessadas, em conformidade das respectivas instrucções, por isso que têm de ser pagos pelo respectivo cofre central

NUMEROS DOS TITULOS		REFERENCIA AO ASSENTAMENTO GERAL QUE EXISTE NA REFERIDA DIRECÇÃO						OBSERVAÇÕES
DOS QUE TÊM CONSIDERAÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO	DOS QUE NÃO TÊM ESSA CONSIDERAÇÃO	TITULO DO LIVRO	SEU NUMERO	NOMES DAS AGRACIADAS	CLASSE INACTIVA A QUE FICAM PERTENCENDO	VENCIMENTO LIQUIDO A QUE TÊM DIREITO		
						ANNUAL	MESSAL	
11854	-	Pensões	38	Amelia Rosa da Silveira .....	Pens.ª de consideração	40\$500	3\$375	Começa o abono no 1.º do corrente mez.
11855	-	"	"	Angelica Rosa da Silveira .....	Idem	40\$500	3\$375	Idem.
11856	-	"	"	Guilhermina Rosa da Silveira .....	Idem	40\$500	3\$375	Idem.
11857	-	"	"	Joanna Ignacia de Abreu (D.) .....	Idem	131\$400	10\$950	Idem em 25 de abril ultimo.
11858	-	"	"	Maria Joaquina de Abreu (D.) .....	Idem	131\$400	10\$950	Idem.
11859	-	"	"	Maria José do Couto .....	Idem	54\$000	4\$500	Idem em 8 do corrente mez.
11860	-	"	"	Maria José Rosa da Silveira .....	Idem	40\$500	3\$375	Idem no 1.º do dito mez.

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, em 14 de maio de 1860.—Pelo chefe effectivo, Luciano Thomás de Faria Aguiar.

Relação n.º 89, com referencia ao districto de Villa Real, do titulo de renda vitalicia que se remette pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de ser entregue ao interessado, em conformidade das respectivas instrucções, por isso que tem de ser pago pelo respectivo cofre central

NUMERO DO TITULO		REFERENCIA AO ASSENTAMENTO GERAL QUE EXISTE NA REFERIDA DIRECÇÃO						OBSERVAÇÃO
DOS QUE TÊM CONSIDERAÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO	DOS QUE NÃO TÊM ESSA CONSIDERAÇÃO	TITULO DO LIVRO	SEU NUMERO	NOME DO AGRACIADO	CLASSE INACTIVA A QUE FICA PERTENCENDO	VENCIMENTO LIQUIDO A QUE TÊM DIREITO		
						ANNUAL	MEZAL	
11861	-	Subsídios	3	Antonio Caetano de Sousa Saraiva (padre).....	Subsidiado	54\$000	4\$500	Começa o abono em 6 de dez.º de 1859.

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, em 14 de maio de 1860.—Pelo chefe effectivo, Luciano Thomás de Faria Aguiar.

## DIRECÇÃO GERAL DOS PROPRIOS NACIONAES

## VENDA DE FOROS, CENSOS E PENSÕES

NA POSSE E ADMINISTRAÇÃO DA FAZENDA NACIONAL

NA CONFORMIDADE DOS DECRETOS

DE 26 DE AGOSTO E 21 DE OUTUBRO DE 1852,

DECLARADA PELA CARTA DE LEI DE 5 DE MAIO DE 1857,

COM APLICACÃO AO CAMINHO DE FERRO DO NORTE

Em cumprimento dos referidos decretos e carta de lei se annuncia, que vão andar em praça os fóros constantes da seguinte lista, para se proceder á sua arrematação, no dia abaixo designado, pelo maior lance que se offerecer, devendo o seu pagamento verificar-se nos cofres respectivos, dentro de 30 dias, pela forma seguinte: uma quarta parte em moeda metalica, e tres quartas partes em titulos de divida fundada interna ou externa, pelo seu valor nominal; sendo porém livre aos arrematantes pagarem em prestações, e nas mesmas especies de moeda, entregando a primeira terça parte dentro do mesmo prazo, e aceitando lettras pelas restantes, a um, dois e tres annos, com o juro annual de 5 por cento; ficando os mesmos arrematantes, no caso de falta, responsaveis pelo prejuizo que resultar á fazenda nacional da nova praça, a que os fóros serão levados, bem como inhibidos de lançar n'elles, tudo em conformidade com a respectiva legislação, cuja observancia foi suscitada pela portaria do ministerio da fazenda de 21 de agosto de 1857, e mais disposições posteriores.

## Lista 1724

## ARREMATACÃO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL DO DISTRICTO ABAIXO DECLARADO

NO DIA 22 DE JUNHO DE 1860

Fóros incorporados na fazenda nacional

DISTRICTO DE BRAGA

CONCELHO DE AMARES

Fôro que ficou subsistindo na propriedade abaixo declarada para conservar a natureza do praso primitivo, tendo o emphyteuta remido a outra parte.

## Comenda de Lomar

27001 Fôro de 20 réis, imposto no casal das Quintas, sito na freguezia de S. Miguel da Moura: praso em vidas. Emphyteuta o conego Estevão José da Silva Alves—400.

Estes fóros voltam a praça pela 1.ª fôrma do artigo 11.º do decreto de 21 de outubro de 1852

## Inventario n.º 57

27002 Fôro de uma raza e sete oitavas de meado, quinze dezeses avos de uma raza de trigo, tres quartas de uma canada de vinho, e frangão e meio, imposto em pertencas do casal da Granja, sitas na freguezia de S. Thiago de Goães: praso em vidas. Emphyteuta Custodio da Silva—34\$666.

27003 Fôro de tres oitavas de uma raza de trigo, raza e meia de centeio, raza e meia de milho, tres quartas de um almeido de vinho, tres quartas de uma gallinha, e tres quartas de um frangão, imposto em varias propriedades, sitas na freguezia de S. Thiago de Goães: praso em vidas. Emphyteuta Manuel Antonio de Carvalho—55\$000.

27004 Fôro de gallinha e meia, e frangão e meio, imposto em varias propriedades, sitas na freguezia de S. Thiago de Goães: praso em vidas. Emphyteuta Manuel da Silva—7\$300.

27005 Fôro de 45 réis, imposto em um maninho, sito na freguezia de Thiago de Villela: praso em vidas. Emphyteuta Maria Victoria Moreira—787.

27006 Fôro de 37 1/2 réis, e tres quartas de uma

gallinha, imposto em um maninho, sito na freguezia de S. Thiago de Villela: praso em vidas. Emphyteuta Carlos da Silva—3\$306.

27007 Fôro de tres oitavas de uma raza de meado, gallinha e meia, e frangão e meio, imposto em uma tapada no Pinheiro, sita na freguezia de S. Thiago de Villela: praso em vidas. Emphyteuta Custodio José Pereira—10\$650.

27008 Fôro de 1\$072 1/2 réis, imposto na quarta parte do Monte de Villela, sita na freguezia de S. Thiago de Villela: praso em vidas. Emphyteuta Domingos José Pereira—18\$768.

27009 Fôro de 360 réis, tres quartas de uma gallinha, e tres quartas de um frangão, imposto em uns maninhos, sitos na freguezia de Santa Martha do Bourro: praso em vidas. Emphyteuta Manuel Rodrigues—9\$950.

27010 Fôro de 7 1/2 réis, duas gallinhas e um dezeses avos, e frangão e meio, imposto em uma casa e varias propriedades, sitas na freguezia de Santa Martha do Bourro: praso em vidas. Emphyteuta Manuel Alves—9\$418.

27011 Fôro de tres quartas de um frangão, imposto em uma terra no Monte, no Castello de Cidadelhe, freguezia de Santa Martha do Bourro: praso em vidas. Emphyteuta Antonio Gonçalves, das Portinhas—1\$000.

27012 Fôro de tres quartas de um frangão, imposto em uma terra no Monte, no Castello de Cidadelhe, freguezia de Santa Martha do Bourro: praso em vidas. Emphyteuta Rafael Soares—1\$000.

27013 Fôro de 412 1/2 réis, imposto em uns maninhos, sitos na freguezia de Santa Martha do Bourro: praso em vidas. Emphyteuta Antonio Fernandes—7\$218.

27014 Fôro de 75 réis, e dois frangões e um quarto, imposto em uns maninhos, sitos na freguezia de Santa Martha do Bourro: praso em vidas. Emphyteuta Manuel Gonçalves—4\$312.

27015 Fôro de onze canadas e um quarto de vinho molle, imposto em uns maninhos, sitos na freguezia de Santa Martha do Bourro: praso em vidas. Emphyteuta João Antunes—18\$000.

27016 Fôro de 712 1/2 réis, e tres quartas de um frangão, imposto em uns maninhos, sitos na freguezia de Santa Martha do Bourro: praso em vidas. Emphyteuta Manuel Antunes—13\$468.

27017 Fôro de 270 réis, e tres quartas de uma raza de milho, imposto em uns maninhos, sitos na freguezia de Santa Martha do Bourro: praso em vidas. Emphyteuta Manuel José Pires—10\$387.

27018 Fôro de 210 réis, e tres quartas de um frangão, imposto em uns maninhos, sitos na freguezia de Santa Martha do Bourro: praso em vidas. Emphyteuta Manuel José Pires de Sousa—4\$675.

27019 Fôro de 150 réis, tres quartas de uma gallinha, dois frangões e um quarto, e tres quartas de uma duzia de bogas, imposto em varias propriedades, sitas na freguezia de Santa Martha do Bourro: praso em vidas. Emphyteuta Manuel Esteves (tem consortes)—9\$025.

27020 Fôro de 855 réis, tres quartas de uma gallinha, e tres frangões, imposto em uns maninhos, sitos na freguezia de Santa Martha do Bourro: praso em vidas. Emphyteuta Manuel Esteves (tem consortes)—21\$612. Somma R. . . . . 240\$842

Declara-se que os fóros estão todos reduzidos, e que o laudemio é de quarentena conforme a lei.

Primeira repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 11 de maio de 1860.—Antonio Joaquim da Silva.

## Lista 1725

## ARREMATACÃO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL DO DISTRICTO ABAIXO DECLARADO

NO DIA 12 DE JUNHO DE 1860

Fóros incorporados na fazenda nacional que voltam a praça pela 1.ª fôrma do artigo 11.º do decreto de 21 de outubro de 1852

DISTRICTO DE BRAGA

CONCELHO DE AMARES

Inventario n.º 57

27021 Fôro de quinze dezeses avos de uma raza de centeio, quinze dezeses avos de uma raza de milho, seis canadas e tres quartas de vinho, tres quartas de um quartilho de azeite, e tres quartas de uma gallinha, imposto em varias propriedades, sitas na freguezia de Santa Martha do Bourro: praso em vidas. Emphyteuta Custodia Maria Fernandes—34\$916.

27022 Fôro de tres quartas de uma gallinha, imposto em um predio, sito na freguezia de Santa Martha do Bourro: praso em vidas. Emphyteuta João Manuel Marques—2\$650.

27023 Fôro de 67 1/2 réis, gallinha e meia, e tres quartas de um frangão, imposto em uns montes, sitos na freguezia de Santa Martha do Bourro: praso em vidas. Emphyteuta José Fernandes—7\$481.

27024 Fôro de tres quartas de uma gallinha, e tres quartas de um frangão, imposto em um pedaço de terra, nas Lages da Torre, sito na freguezia de Santa Martha do Bourro: praso em vidas. Emphyteuta Antonio Francisca—3\$650.

27025 Fôro de 45 réis, nove dezeses avos de uma raza de trigo, e frangão e meio, imposto em um praso chamado do Campo da Meam, sito na freguezia de Santa Martha do Bourro: praso em vidas. Emphyteuta José Miguel Fernandes—11\$387.

27026 Fôro de gallinha e meia, imposto em um predio, sito na freguezia de Santa Martha do Bourro: praso em vidas. Emphyteuta Antonio Antunes—5\$300.

27027 Fôro de gallinha e meia, imposto em umas terras no monte do Rodó e Ferraria, sitas na freguezia de Santa Martha do Bourro: praso em vidas. Emphyteuta Francisco Barbosa—5\$300.

27028 Fôro de 315 réis, tres quartas de uma gallinha, e tres oitavas de um alqueire de segunda, imposto em uns maninhos, sitos na freguezia de Santa Martha do Bourro: praso em vidas. Emphyteuta Manuel Francisco Grillo—11\$512.

27029 Fôro de 401 1/2 réis, imposto em uns maninhos, sitos na freguezia de Santa Martha do Bourro: praso em vidas. Emphyteuta Antonio Francisco—7\$021.

27030 Fôro de 390 réis, imposto em uns maninhos, sitos na freguezia de Santa Martha do Bourro: praso em vidas. Emphyteutas Mathias da Silva, e outros—6\$825.

27031 Fôro de 232 1/2 réis, imposto em uns maninhos, sitos na freguezia de Santa Martha do Bourro: praso em vidas. Emphyteutas Mathias da Silva e sua mulher—4\$068.

27032 Fôro de 120 réis, e tres quartas de um frangão, imposto em uns maninhos, sitos na freguezia de Santa Martha do Bourro: praso em vidas. Emphyteuta Antonio José Alves—3\$100.

CONCELHO DE ESPZENZED

Inventario n.º 214

27033 Fôro de 156 3/4 réis, e um alqueire e trinta e um trinta e dois avos de trigo, imposto em um

predio, sito na freguezia de S. Miguel das Marinhãs: praso em vidas. Emphyteuta Feliciano Martins—32\$267.

27034 Fôro de nove trinta e dois avos de um alqueire de trigo, imposto no praso, denominado do Saloio, sito na freguezia de S. Miguel das Marinhãs: praso em vidas. Emphyteuta Feliciano Martins—4\$216.

27035 Fôro de 120 réis, e um alqueire e quarenta e sete sessenta e quatro avos de trigo, imposto em varias propriedades, sitas na freguezia de S. Miguel das Marinhãs: praso em vidas. Emphyteuta Francisco Antonio Marques—2\$116.

27036 Fôro de 52 1/2 réis, e tres quartas de um alqueire de trigo, imposto em varias propriedades, sitas na freguezia de S. Miguel das Marinhãs: praso em vidas. Emphyteuta Quiteria Gramosa—12\$168.

Comenda do Banho

27037 Fôro de 30 3/4 réis, uma raza e uma oitava de pão terçado, e nove cento vinte e oito avos de uma raza de trigo, imposto em um predio, sito na freguezia de S. Miguel de Gêmezes: praso em vidas. Emphyteuta Domingos José, de Braga—12\$225.

27038 Fôro de 24 réis, e tres quartas de uma raza de trigo, imposto em um predio, sito na freguezia de S. Miguel de Gêmezes: praso em vidas. Emphyteuta Manuel Ribeiro Reis—11\$670.

Somma R. . . . . 203\$872

Declara-se que os fóros estão todos reduzidos, e que o laudemio é de quarentena conforme a lei.

Primeira repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 12 de maio de 1860.—Antonio Joaquim da Silva.

## Lista 1726

## ARREMATACÃO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL DO DISTRICTO ABAIXO DECLARADO

NO DIA 25 DE JUNHO DE 1860

Fóros incorporados na fazenda nacional que voltam a praça pela 1.ª fôrma do artigo 11.º do decreto de 21 de outubro de 1852

DISTRICTO DE BRAGA

CONCELHO DE AMARES

Inventario n.º 57

27039 Fôro de tres quartas de uma gallinha, e frangão e meio, imposto na Bouça do Mourgo, e um olival onde chamam a Peoliosa, freguezia de Santa Martha do Bourro: praso em vidas. Emphyteuta Manuel Ribeiro—4\$650.

27040 Fôro de 15 réis, e tres quartas de uma gallinha, imposto em umas casas na Ferraria, freguezia de Santa Martha do Bourro: praso em vidas. Emphyteuta Bernardo José de Carvalho—2\$912.

27041 Fôro de 135 réis, quinze cento vinte e oito avos de uma raza de trigo, tres quartas de uma raza de milho, e dois frangões e um quarto, imposto em uns maninhos no Melcal e Moínhos, freguezia de Santa Martha do Bourro: praso em vidas. Emphyteuta João Francisco—12\$816.

27042 Fôro de 22 1/2 réis, gallinha e meia, e tres quartas de um frangão, imposto em umas casas e horta no Cano, freguezia de Santa Martha do Bourro: praso em vidas. Emphyteuta Manuel Dias Pataxo—6\$693.

27043 Fôro de frangão e meio, imposto em umas casas, sitas na freguezia de Santa Martha do Bourro: praso em vidas. Emphyteuta João Fernandes—2\$000.

27044 Fôro de tres oitavas de um alqueire de trigo, imposto em uns maninhos, sitos na freguezia de Santa Martha do Bourro: praso em vidas. Emphyteuta João Fernandes—5\$737.

27045 Fôro de 3 3/4 réis, tres quartas de uma gallinha, e tres quartas de um frangão, imposto em uma casa, eira e terra no Monte do Pinheiro, freguezia de Santa Martha do Bourro: praso em vidas. Emphyteuta Bernardo José Ribeiro—3\$715.

27046 Fôro de nove dezeses avos de uma raza de trigo, seis razas e nove trinta e dois avos de meado, um almeido e um oitavo de vinho, tres quartas de um quartilho de azeite, e duas gallinhas e um quarto, imposto em varias propriedades, sitas na freguezia de Santa Martha do Bourro: praso em vidas. Emphyteuta Manuel José Gonçalves—10\$312.

27047 Fôro de 45 réis, e tres quartas de uma gallinha, imposto em uns maninhos, sitos na freguezia de Santa Martha do Bourro: praso em vidas. Emphyteuta Francisco Xavier Queiroz—3\$437.

27048 Fôro de 255 réis, imposto em uns maninhos, sitos na freguezia de Santa Martha do Bourro: praso em vidas. Emphyteuta Anna de Sousa—4\$462.

27049 Fôro de 37 1/2 réis, tres oitavas de uma raza de trigo, uma raza e cinco dezeses avos de centeio, duas razas e treze dezeses avos de milho alvo, tres oitavas de uma raza de painço, uma gallinha e sete oitavas, dois frangões e um quarto, e um almeido de vinho molle, imposto em varias terras, sitas na freguezia de Santa Martha do Bourro: praso em vidas. Emphyteuta Manuel de Sousa—7\$485.

27050 Fôro de uma raza e uma oitava de trigo, tres quartas de um almeido de vinho molle, tres quartas de um quartilho de azeite, e duas gallinhas e um quarto, imposto em varias terras, sitas na freguezia de Santa Martha do Bourro: praso em vidas. Emphyteuta Bernardo Fernandes—40\$995.

27051 Fôro de tres quartas de uma gallinha, imposto em umas casas no Carrascal, freguezia de Santa Martha do Bourro: praso em vidas. Emphyteuta Leonardo José da Silva—2\$650.

27052 Fôro de tres quartas de uma gallinha, e tres frangões e tres quartas, imposto em uns maninhos, sitos na freguezia de Santa Martha do Bourro: praso em vidas. Emphyteuta Leonardo José da Silva—7\$650.

27053 Fôro de gallinha e meia, imposto em umas casas e cerca, sitas na freguezia de Santa Martha do Bourro: praso em vidas. Emphyteuta Domingos Martins—5\$300.

CONCELHO DE FERREAS DO BOUTO

Comenda de Valdeu

27054 Fôro de frangão e meio, imposto no casal que foi de Manuel Funtão, sito na freguezia de S. Paio de Carvalheira: praso em vidas. Emphyteuta João de Sousa—1\$650.

27055 Fôro de 105 réis



## TRIBUNAL DE CONTAS

No processo de julgamento da conta da responsabilidade da camara municipal do concelho de Moncorvo, no anno economico de 1856 a 1857, se preferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho na 1.ª secção do tribunal de contas: que importando a receita da camara municipal do concelho de Moncorvo no anno economico de 1856 a 1857 em 3.383.269 réis, segundo o orçamento aprovado pelo conselho de districto, não compete a este tribunal o julgamento da conta, á vista do § 2.º do artigo 11.º do decreto de 26 de agosto ultimo, e mandam que o processo seja remetido ao governador civil de Bragança para a fazer julgar pelo conselho de districto.

Tribunal de contas, 17 de abril de 1860. — Sampaio, relator — Lobo — Paiva Pereira — Correia Caldeira. — Fui presente, Blanc.

Está conforme. — Secretaria do tribunal de contas, 24 de abril de 1860. — Caeetano Francisco Pereira Garcez.

No processo de julgamento da conta da camara municipal do concelho da Póvoa de Varzim, no anno economico de 1851 a 1852, se preferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas, etc.: que visto o orçamento fl. 4, e suplementar a fl. 9 do livro appenso, ambos competentemente approvados pelo conselho de districto, pelos quaes se prova que a receita não chega a 4.000.000 réis; e visto o que dispõe o n.º 2.º do artigo 11.º do decreto com força de lei de 19 de agosto do anno proximo passado; não compete ao mesmo tribunal o julgamento da conta da responsabilidade da camara municipal do concelho da Póvoa de Varzim no anno economico de 1851 a 1852, de que se trata neste processo.

Lisboa, 13 de abril de 1860. — Lara, relator — Albergaria — Larcher — Margioli — Dr. Nogueira Soares. — Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme. — Secretaria do tribunal de contas, 24 de abril de 1860. — Caeetano Francisco Pereira Garcez.

No processo de julgamento da conta da responsabilidade das herdadeiras de Manuel Pinto de Almeida, como receptor do concelho de Penafiel do Castello, desde 20 de janeiro de 1847 a 31 de maio de 1849, se preferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho na 1.ª secção do tribunal de contas: que, vista a petição fl. 180, pela qual D. Luiza Amalia Pinto, e D. Rosa Amalia Pinto, na qualidade de herdadeiras de seu fallecido irmão Manuel Pinto de Almeida, que foi receptor do concelho de Penafiel do Castello, recorrem do accordo d'este tribunal de 11 de março de 1858 que julgou a conta do ultimo periodo da gerencia do mesmo exactor de 20 de janeiro de 1847 a 31 de maio de 1849; para o fim de lhes ser restituída a quantia de 389.099 réis, que judicialmente tinham entregue por deposito no cofre central do districto de Vizeu, allegando o extraviio dos titulos da contribuição das estradas carregados áquella responsavel, e que diziam haver-lhe sido arrebatados por effeito de força maior na occasião dos tumultos populares occorridos em 1847, no local da rechebatoria; considerando que as recorrentes, sem adduzir de novo provas algumas para fundamentar esta allegação, limitam-se a invocar o instrumento justificativo de fl. 147, e informação fl. 171 do administrador do concelho de Penafiel; documentos estes já apreciados no julgamento de que interpõem recurso, como insufficientes para constituir prova cabal da natureza e importancia dos documentos extorquidos ou inutilizados; considerando que o facto, posterior aos tumultos, da apresentação, feita pelas recorrentes, de 714 d'esses titulos no valor de 285.600 réis, que foram annullados por ordem do ministerio da fazenda, e abonados na conta, depois contra a certeza que se pretende estabelecer do extraviio dos restantes de que se fez cargo ao fallecido responsavel; considerando que pelas diligencias e averiguações a que novamente se procedeu nenhuns esclarecimentos se obtiveram que possam alterar o juizo formado sobre este ponto; considerando finalmente, que a importancia de 389.099 réis, cuja restitução as supplicantes reclamam, fora effectivamente abonada na liquidação de que resultou o saldo a seu favor de 283.469 réis, a que se lhes constituiu direito pelo accordo recorrido: não attendem o presente recurso por carecer de fundamento, e confirmam em todas as suas partes aquelle accordo.

Lisboa, 17 de abril de 1860. — Paiva Pereira, relator — Correia Caldeira — Sampaio — Lobo. — Fui presente, Blanc.

Está conforme. — Secretaria do tribunal de contas, 24 de abril de 1860. — Caeetano Francisco Pereira Garcez.

## CONSELHO ULTRAMARINO

Por espaço de sessenta dias, contados da data da publicação do presente annuncio, recebem-se requerimentos na secretaria do conselho ultramarino para o provimento, por meio de concurso, do lugar de 1.º escrivão da alfandega da cidade de Mocim-bim, com o ordenado de 400.000 réis, e 240.000 réis de emolumentos, afóra a respectiva percentagem, tudo em moeda provincial.

Os que pretendem ser providos no dito emprego deverão exhibir certidão de idade, attestados de bom comportamento moral, civil e religioso, certidão de folha corrida, e a de recenseamento e sorteo de julho de 1855, documentos com que provejam as suas habilitações litterarias, e os empregos que tiverem servido, com certidão de corrente dos de responsabilidade fiscal. Todos os citados documentos deverão ser originaes.

Secretaria do conselho ultramarino, em 11 de maio de 1860. — João de Robredo, secretario.

## GOVERNO CIVIL DE LISBOA

Por este governo civil se faz constar, em virtude de uma portaria do ministerio do reino, datada de 11 do corrente mez, que na 1.ª repartição da respectiva secretaria existe, para ser entregue a quem se mostrar habilitado para recebe-la, uma certidão de obito de D. Gertrudes Theodora Martins, natural de Lisboa, e fallecida em Trani, no reino das Duas Sicílias, em 31 de dezembro ultimo.

## REPARTIÇÃO DE SAUDE DO EXERCITO

Prevêm-se os srs. officiaes em commissão n'esta capital que no dia 19 do corrente mez se pagam na commissão dos fundos da dita repartição, á Estrela, as importancias do azeite e lenha fornecidos aos hospitais militares em janeiro e fevereiro do corrente anno.

Em 15 de maio de 1860. — O cirurgião em chefe do exercito, Francisco de Assumpção.

## ARSENAL DO EXERCITO

O arsenal do exercito ha de contratar em hasta publica, no dia 26 do corrente maio, o fornecimento do papel, pennas, e mais artigos de expediente necessarios ás repartições do mesmo arsenal; bem como o papel necessario á laboração das officinas de

pyrotechnica, e do fabrico da pólvora. Este fornecimento deve começar no 1.º de julho proximo futuro, e acabar em igual dia do anno seguinte.

As pessoas a quem o contrato convenha devem apresentar as suas propostas em carta fechada, e acompanhadas das respectivas amostras, á commissão permanente do referido arsenal até o sobredito dia 26 do corrente, no qual, pela uma hora da tarde, serão publicamente abertas, e preferida, se assim convier, a que mais interesses offerecer á fazenda.

Commissão permanente do arsenal do exercito, 11 de maio de 1860. — J. M. Ceciliano Rodrigues, capitão, presidente do conselho.

## SEGUNDO DISTRICTO CRIMINAL

Pelo juizo de direito criminal do 2.º districto, escrivão Fragozo, correu editos de sessenta dias, chamando os réus José Firmino Pernes, Paulo Pernes, e Joaquim Pernes, naturaes da freguezia da Appellação, concelho dos Olivares, para virem a juizo de defender-se da accusação que lhes promove o ministerio publico na 4.ª vara, pelo homicidio voluntario praticado na pessoa de Antonio da Silva, o Frade, na noite de 23 de outubro de 1858; e não comparecendo no dito prazo, serão julgados ás suas revelias, na conformidade do artigo 2.º da carta de lei de 18 de fevereiro de 1847. Lisboa, 16 de maio de 1860. — O delegado do procurador regio na 4.ª vara, Castro e Solla.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE MARINHA

Tendo sido julgadas pouco explicitas as propostas apresentadas ao conselho de administração de marinha, em concorrência publica, para o fornecimento da carne de vacca salgada nacional para consumo das tripulações dos navios da armada, de novo se põe a concurso pelo espaço de quarenta e cinco dias, a contar da data da publicação do presente annuncio no *Diário de Lisboa*, o dito fornecimento debaixo das seguintes condições:

- 1.ª Que a vacca será exclusivamente de primeira qualidade, de gado gordo e são, e salgada pelo processo que usam os inglezes.
- 2.ª Que cada barril deverá conter seis arrobas liquidas de vacca salgada.
- 3.ª Que a vacca salgada será sujeita á approvação do conselho de saúde naval no acto da recepção no arsenal; e quando for rejeitada, deverá ser substituída immediatamente pelo fornecedor.
- 4.ª Que será entregue no arsenal pelo fornecedor, livre de todas as despesas para a fazenda.
- 5.ª Que os barris terão todos as mesmas dimensões, e deverão ser de boa madeira, e ter a necessaria arcaria de ferro e grossura de aduella, para

## ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE COIMBRA

Mappa do movimento geral das correspondencias entradas na administração central do correio de Coimbra, no mez de abril de 1860

DESIGNAÇÃO DAS CORRESPONDENCIAS	SELLADAS		NÃO SELLADAS		REGISTRADAS	
	CARTAS	JORNAL IMPRESSOR	CARTAS	JORNAL IMPRESSOR	DE OFFICIO	PARTICULARES
PARA SEREM DISTRIBUIDAS NO CIRCULO POSTAL DE COIMBRA						
De posta interna.....	106	—	2	—	—	—
Do reino e illas.....	14.754	9.000	193	274	1.807	37
De Hespanha.....	—	—	35	38	—	—
D'alem dos Pyreneos.....	—	—	23	260	—	—
Das provincias ultramarinas.....	—	—	106	2	—	—
De portos estrangeiros, por navios.....	—	—	19	1	—	—
De portos estrangeiros, pelos paquetes.....	—	—	7	32	—	—
De Inglaterra, pelos paquetes.....	—	—	—	—	—	—
Do Mediterraneo, pelos paquetes.....	—	—	139	10	—	—
Do porto do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos.....	—	—	—	—	—	—
PARA SEREM REMETIDAS PARA TERRAS DO REINO E ILLAS, ULTRAMAR E PAISES ESTRANGEIROS						
Para terras do reino e illas.....	16.881	10.011	497	139	2.023	19
Para Hespanha.....	—	—	39	14	—	—
Para alem dos Pyreneos.....	17	3	—	—	—	—
Para as provincias ultramarinas.....	—	—	17	7	—	—
Para o Brazil, por navios.....	18	112	2	—	—	—
Para os portos do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos.....	149	53	—	—	—	—
Para Inglaterra, pelos paquetes.....	4	—	—	—	—	—
Para o Mediterraneo e Indias, pelos paquetes.....	—	—	—	—	—	—
	31.929	19.179	1.083	777	3.890	56
No mez de abril de 1859 o movimento da correspondencia foi de	31.726	15.471	1.174	771	3.718	66

Segundo dispõe o novo regulamento postal, as 2 cartas de posta interna, não selladas, existem na administração central, e não se mandam entregar por não se acharem franquadas com o sello de 25 réis. Pelo mesmo motivo de falta de sello existem por expedir as 2 cartas para o Brazil. Existem tambem 2 cartas sem direcção, ambas selladas. Nas correspondencias para terras do reino e illas, ultramar e paizes estrangeiros, são comprehendidas as de Coimbra, e as que de diversas terras vieram a esta administração para serem por aqui expedidas.

Administração central do correio de Coimbra, em 30 de abril de 1860. — O administrador, Augusto Cesar de Sousa.

## PARTE NÃO OFFICIAL

## CORTES

## CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

## SESSÃO DE 16 DE MAIO

PRESIDENCIA DO EX. MO SR. BARTHOLOMEU DOS MARTRES  
Sendo um quarto depois do meio dia, verifica-se, pela chamada, estarem presentes 65 srs. deputados. O sr. Presidente: — declara aberta a sessão.

Acta approvada.  
Manda-se lançar na acta a seguinte declaração de voto:  
«Declaro que se tivesse estado presente ás ultimas sessões, teria approvado os artigos 1.º, 2.º e 3.º do projecto de lei n.º 22. Requeiro que se lance na acta esta declaração.» — Ramiro Coutinho.

Tambem se mandam lançar na acta as seguintes declarações:

1.º Do sr. Mello e Minas, de que não pôde comparecer á sessão do dia 15 por motivo justificado. — Inteyrada.

2.º Do sr. Abranches, de que por incommodo de saúde não pôde comparecer á sessão de 15 do corrente. — Inteyrada.

3.º Do sr. Blanc (Viriato), de que o sr. Blanc (Hermenegildo) não compareceu á sessão de hontem, não comparece á de hoje, e talvez a mais algumas, em consequencia de doença grave de sua mulher. — Inteyrada.

4.º Do sr. Gavião, de que não pôde assistir ás sessões de 9, 10, 11, 12, 14 e 15 do corrente, por motivo muito justificado. — Inteyrada.

## CORRESPONDENCIA

1.º Um officio do presidente da mesa de apuramento geral do circulo de Barlavento, em Cabo Verde, acompanhando a copia da acta do apuramento de um deputado por este circulo. — A commissão de poderes.

2.º Do secretario da mesa da assembleia da associação dos empregados no commercio e industria, acompanhando o relatório e contas da gerencia d'esta associação, relativas ao anno proximo findo. — Para o archivo.

3.º Uma representação da camara municipal de Villa Real de Santo Antonio, pedindo que se altere a directriz da estrada litoral do Algarve, de Lagos a Villa Real, desde Quarteira a Villa Nova de Portimão, passando a directriz por Algoz, Silves, Odeleira, e Mixilhoeira Grande. — Remetida ao governo.

4.º Da camara municipal de Villa Franca de Xira, reclamando contra a supressão da estação do

pyrotechnica, e do fabrico da pólvora. Este fornecimento deve começar no 1.º de julho proximo futuro, e acabar em igual dia do anno seguinte.

6.º Que o fornecedor será prevenido com a antecedencia de sessenta dias para a entrega de qualquer partida de vacca salgada.

7.º Que o tempo da duração do contrato não poderá exceder tres annos.

8.º Que o pagamento de toda a partida, que não exceder cincoenta barris, será feito a trinta dias da data da entrega, e, quando exceder, a trinta e sessenta dias.

9.º Que quando o fornecedor faltar á execução do contrato pagará uma multa para a fazenda.

10.º Que o contrato só poderá ser rescindido pelo governo, quando o fornecedor faltar ás estipulações d'elle.

As pessoas a quem convier o dito fornecimento mandarão as suas propostas em cartas fechadas á secretaria do referido conselho até ao ultimo dia do mencionado prazo, a fim de que no immediato, á uma hora da tarde, em acto publico, sejam abertas as mesmas propostas, e resolvido o que mais convier aos interesses da fazenda.

No dia 18 do corrente, pelo meio dia, na sala das sessões do conselho administrativo de marinha, ha de o mesmo conselho proceder á compra, em hasta publica, de uma porção de oleo de linhaça, alvaide, e zarcão.

No mesmo dia e local, pelas onze horas da manhã, ha de o conselho de administração de marinha pôr de novo em arrematação, na sala das suas sessões, o contrato do fornecimento de cebo em velas e em pão, para consumo da armada.

No mesmo dia e local, pela uma hora da tarde, ha de o referido conselho proceder á compra, em hasta publica, de 200 colchões e travessieiros de lã, para uso das tripulações dos navios da armada.

No dia 19, pelo meio dia, ha de o referido conselho contratar a compra de 30 duzias de taboas de casquinha de Flandres, de 0,077 de grossura.

No dia 21, pelo meio dia, ha de o mesmo conselho proceder á compra de 100 folhas de 9/4 arrateis de cobre novo.

No dia 22, pelo meio dia, ha de o mesmo conselho contratar a compra de uma porção de brim para lençoes e calças da marinhagem dos navios da armada.

No dia 22 do corrente, pelo meio dia, na sala das sessões do conselho de administração de marinha, ha de o mesmo conselho proceder, em hasta publica, á venda do hiate *Santa Isabel*, que se acha enalhado junto ao quartel da inspecção do arsenal da marinha, onde pôde ser examinado todos os dias pelas pessoas a quem convier.

Sala das sessões do conselho de administração de marinha, 16 de maio de 1860. — O secretario, Antonio Joaquim de Castro Gonçalves.

Administração central do correio de Coimbra

Mappa do movimento geral das correspondencias entradas na administração central do correio de Coimbra, no mez de abril de 1860

DESIGNAÇÃO DAS CORRESPONDENCIAS	SELLADAS		NÃO SELLADAS		REGISTRADAS	
	CARTAS	JORNAL IMPRESSOR	CARTAS	JORNAL IMPRESSOR	DE OFFICIO	PARTICULARES
PARA SEREM DISTRIBUIDAS NO CIRCULO POSTAL DE COIMBRA						
De posta interna.....	106	—	2	—	—	—
Do reino e illas.....	14.754	9.000	193	274	1.807	37
De Hespanha.....	—	—	35	38	—	—
D'alem dos Pyreneos.....	—	—	23	260	—	—
Das provincias ultramarinas.....	—	—	106	2	—	—
De portos estrangeiros, por navios.....	—	—	19	1	—	—
De portos estrangeiros, pelos paquetes.....	—	—	7	32	—	—
De Inglaterra, pelos paquetes.....	—	—	—	—	—	—
Do Mediterraneo, pelos paquetes.....	—	—	139	10	—	—
Do porto do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos.....	—	—	—	—	—	—
PARA SEREM REMETIDAS PARA TERRAS DO REINO E ILLAS, ULTRAMAR E PAISES ESTRANGEIROS						
Para terras do reino e illas.....	16.881	10.011	497	139	2.023	19
Para Hespanha.....	—	—	39	14	—	—
Para alem dos Pyreneos.....	17	3	—	—	—	—
Para as provincias ultramarinas.....	—	—	17	7	—	—
Para o Brazil, por navios.....	18	112	2	—	—	—
Para os portos do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos.....	149	53	—	—	—	—
Para Inglaterra, pelos paquetes.....	4	—	—	—	—	—
Para o Mediterraneo e Indias, pelos paquetes.....	—	—	—	—	—	—
	31.929	19.179	1.083	777	3.890	56
No mez de abril de 1859 o movimento da correspondencia foi de	31.726	15.471	1.174	771	3.718	66

Segundo dispõe o novo regulamento postal, as 2 cartas de posta interna, não selladas, existem na administração central, e não se mandam entregar por não se acharem franquadas com o sello de 25 réis. Pelo mesmo motivo de falta de sello existem por expedir as 2 cartas para o Brazil. Existem tambem 2 cartas sem direcção, ambas selladas. Nas correspondencias para terras do reino e illas, ultramar e paizes estrangeiros, são comprehendidas as de Coimbra, e as que de diversas terras vieram a esta administração para serem por aqui expedidas.

Administração central do correio de Coimbra, em 30 de abril de 1860. — O administrador, Augusto Cesar de Sousa.

Administração central do correio de Coimbra, em 30 de abril de 1860. — O administrador, Augusto Cesar de Sousa.

Administração central do correio de Coimbra, em 30 de abril de 1860. — O administrador, Augusto Cesar de Sousa.

Administração central do correio de Coimbra, em 30 de abril de 1860. — O administrador, Augusto Cesar de Sousa.

Administração central do correio de Coimbra, em 30 de abril de 1860. — O administrador, Augusto Cesar de Sousa.

Administração central do correio de Coimbra, em 30 de abril de 1860. — O administrador, Augusto Cesar de Sousa.

Administração central do correio de Coimbra, em 30 de abril de 1860. — O administrador, Augusto Cesar de Sousa.

Administração central do correio de Coimbra, em 30 de abril de 1860. — O administrador, Augusto Cesar de Sousa.

Administração central do correio de Coimbra, em 30 de abril de 1860. — O administrador, Augusto Cesar de Sousa.

Administração central do correio de Coimbra, em 30 de abril de 1860. — O administrador, Augusto Cesar de Sousa.

Administração central do correio de Coimbra, em 30 de abril de 1860. — O administrador, Augusto Cesar de Sousa.

Administração central do correio de Coimbra, em 30 de abril de 1860. — O administrador, Augusto Cesar de Sousa.

Administração central do correio de Coimbra, em 30 de abril de 1860. — O administrador, Augusto Cesar de Sousa.

Administração central do correio de Coimbra, em 30 de abril de 1860. — O administrador, Augusto Cesar de Sousa.

Administração central do correio de Coimbra, em 30 de abril de 1860. — O administrador, Augusto Cesar de Sousa.

Administração central do correio de Coimbra, em 30 de abril de 1860. — O administrador, Augusto Cesar de Sousa.

Administração central do correio de Coimbra, em 30 de abril de 1860. — O administrador, Augusto Cesar de Sousa.

Administração central do correio de Coimbra, em 30 de abril de 1860. — O administrador, Augusto Cesar de Sousa.

Administração central do correio de Coimbra, em 30 de abril de 1860. — O administrador, Augusto Cesar de Sousa.

Administração central do correio de Coimbra, em 30 de abril de 1860. — O administrador, Augusto Cesar de Sousa.

Administração central do correio de Coimbra, em 30 de abril de 1860. — O administrador, Augusto Cesar de Sousa.

Administração central do correio de Coimbra, em 30 de abril de 1860. — O administrador, Augusto Cesar de Sousa.

Administração central do correio de Coimbra, em 30 de abril de 1860. — O administrador, Augusto Cesar de Sousa.

Administração central do correio de Coimbra, em 30 de abril de 1860. — O administrador, Augusto Cesar de Sousa.

Administração central do correio de Coimbra, em 30 de abril de 1860. — O administrador, Augusto Cesar de Sousa.

Administração central do correio de Coimbra, em 30 de abril de 1860. — O administrador, Augusto Cesar de Sousa.

Administração central do correio de Coimbra, em 30 de abril de 1860. — O administrador, Augusto Cesar de Sousa.

Administração central do correio de Coimbra, em 30 de abril de 1860. — O administrador, Augusto Cesar de Sousa.

Administração central do correio de Coimbra, em 30 de abril de 1860. — O administrador, Augusto Cesar de Sousa.

Administração central do correio de Coimbra, em 30 de abril de 1860. — O administrador, Augusto Cesar de Sousa.

Administração central do correio de Coimbra, em 30 de abril de 1860. — O administrador, Augusto Cesar de Sousa.

Administração central do correio de Coimbra, em 30 de abril de 1860. — O administrador, Augusto Cesar de Sousa.

Administração central do correio de Coimbra, em 30 de abril de 1860. — O administrador, Augusto Cesar de Sousa.

Administração central do correio de Coimbra, em 30 de abril de 1860. — O administrador, Augusto Cesar de Sousa.

Administração central do correio de Coimbra, em 30 de abril de 1860. — O administrador, Augusto Cesar de Sousa.

Administração central do correio de Coimbra, em 30 de abril de 1860. — O administrador, Augusto Cesar de Sousa.

Administração central do correio de Coimbra, em 30 de abril de 1860. — O administrador, Augusto Cesar de Sousa.

Administração central do correio de Coimbra, em 30 de abril de 1860. — O administrador, Augusto Cesar de Sousa.

Administração central do correio de Coimbra, em 30 de abril de 1860. — O administrador, Augusto Cesar de Sousa.



achar cumprida a lei pela falta das competentes descargas no caderno dos recenseados como eleitores, que votaram na assembleia de S. Sebastião. Ora este defeito não existe, e tanto que tem diante de si o caderno de que se tratava, e achava-se ordenado conforme a lei, e as descargas feitas competentemente, como a camara pôde verificar pelo exame do mesmo caderno.

O sr. deputado a quem se refere, o qual só costuma dizer a verdade, alludiu ao defeito mencionado, e que não existe, porque s. ex.ª não teve presente o documento que prova a não existência da tal irregularidade. Mas é certo que em razão do que tem sido proferido sobre este objecto, é necessário rectificar os factos para que a camara vote com exacto conhecimento de causa.

Passando a tratar sobre o segundo ponto da discussão, a elegibilidade do sr. Sieuve de Menezes, conforma-se com o sr. Mousinho de Albuquerque, em quanto s. ex.ª significou o desejo de que n'este assumpto da competência da camara se fizesse referencia aos deputados e não aos juriscônultos, ou antes se appellasse para o bom senso. E para a camara, e para o senso commun que elle deputado appella tambem; é o senso commun que o leva a aprovar a eleição, e a votar pela elegibilidade do cavalheiro mais votado.

Sobre este ponto não se pôde dizer cousa alguma de novo, depois do que se passou em 1857, por occasião de uma analogia discussão. O sr. Ferrer, então, em um discurso compendiado tudo quanto a tal respeito pôde dizer-se a favor e contra; refutando s. ex.ª victoriosamente todos os argumentos contrarios ao parecer que emittiu, e que é o mesmo que sustenta hoje. E referindo-se ao que n'essa epocha se passou, pede licença para notar o equívoco do sr. D. Rodrigo de Menezes, em quanto s. ex.ª assegurou que haviam sido considerações de cavalheirismo politico, que tinham levado a camara de 1857 a aprovar uma eleição mais condignas da que se discute. S. ex.ª allegou ter sido a circumstancia de ser o sr. deputado, de quem então se tratava, pertencente ao gremio miguealista, que influíu para a sua admisión. Do *Diário da Camara* consta outra cousa: essa circumstancia appareceu na discussão incidentalmente; mas não constituiu motivo determinativo da deliberação da camara; n'essa occasião outro cavalheiro tambem do gremio miguealista pediu a palavra, e protestou contra a argumentação fundada em generosidade, porque os membros do seu partido, disse então, não queriam entrar na camara por esmola, mas por virtude do seu direito.

Mostrou que o espirito da lei não precisava ser invocado, quando a sua letra era clara em não excluir os substitutos dos juizes de direito, como não exclue os juizes ordinarios.

O paralelo feito pelo sr. Mousinho de Albuquerque, entre os governadores civis e os substitutos de juizes de direito, não colhe: os primeiros têm um cargo, e os segundos um encargo: se estes não podem ser validamente eleitos, ter-se-ia dado ao governo um bom arbitrio para excluir da camara um grande numero de cidadãos, nomeando-os em tempo substitutos dos juizes de direito; e a acção era forçada, porque lá está o código penal para castigar o que não prestar o serviço publico reclamado do cidadão a quem o governo nomeia.

Acrescenta que o argumento do sr. D. Rodrigo de Menezes, quando se referiu a que a legislação de 1838 excluía os substitutos dos juizes de direito, prova plenamente contra s. ex.ª; pois que pela legislação posterior, que não sustentou tal exclusão, ficou esta abolida, e declarados elegiveis os substitutos dos juizes de direito. Não é mais forte o argumento sob o ponto de vista da influencia; pois que os substitutos temporarios de hoje, são menos influentes do que os que existiam no tempo passado, e eram permanentes; pois que o grau de influencia cresce na razão da duração do cargo ou encargo que se exerce. Nota a differença entre os juizes de direito que a lei exclue, e os substitutos, que têm um caracter muito distincto, a ponto de que a jurisdição nunca passa inteira para um substituto, e é sempre subdividida por dois. Depois de outras considerações que desenvolve, diz que não querendo cançar mais a attenção da camara, só acrescentaria que ainda quando não procedessem os fortes argumentos apresentados, e os precedentes parlamentares, ha uma circumstancia por si sufficiente para demonstrar a elegibilidade do cavalheiro de quem se trata; e o documento existente sobre a mesa, pelo qual se prova que elle não estava em effectivo serviço no dia em que a eleição teve lugar.

E conclue dizendo, que pedia desculpa ao sr. Ferrer se tinha sido plagário do discurso de s. ex.ª proferido em 1857 na camara; mas que não era para censurar, que depois de ter recebido as licenças de s. ex.ª na universidade, viesse tambem na camara seguir-lhe a elle como mestre, e reproduzir a sua argumentação a favor da eleição, e elegibilidade do cavalheiro de quem se trata, votando como vota os pareceres da commissão.

O sr. *Camara Leme*:—requer que se julgue discutida a materia.

Julga-se discutida; e é approved o parecer relativo á eleição do sr. Sieuve.

E passando-se a votar por espheras o parecer que acha legal a capacidade do mesmo sr. deputado eleito, é approved por 75 espheras brancas contra 48 pretas.

O sr. *Presidente*:—proclama deputado da nação portugueza o sr. José Maria Sieuve de Menezes.

O sr. *Luiz Albano*:—manda para a mesa cinco pareceres da commissão de instrução publica, relativos a pedidos de cadeiras de instrução primaria e secundaria, sendo a commissão de parecer que sejam remetidos ao governo para os tomar em consideração.

Entra em discussão o seguinte parecer:

Senhores.—A commissão de verificação de poderes examinou o processo eleitoral do circulo 160 (Magdalena) no districto da Horta, e o resultado do seu exame é o seguinte:

Assembleas eleitoraes ..... 5  
Numero real de votantes ..... 1:695  
Listas annulladas ..... 1

Maioria absoluta ..... 848

Obtiveram votos os srs.:

José Maria Latino Coelho ..... 1:077

João Soares de Lacerda ..... 617

Na assembleia de S. Matheus, concelho de Magdalena, apresentou-se á mesa eleitoral o protesto do cidadão Victorino José de Sequeira, cujo conteúdo é o seguinte:

«No 1.º do corrente mez de março dois eleitores, os ill.ªs srs. Joaquim Patricio da Rosa e João Bernardino da Silveira, o primeiro proprietario e o segundo advogado publico nos auditórios d'esta ilha, requereram: o primeiro ao presidente da commissão revisora do recenseamento, e o segundo ao presidente da camara, pedindo ambos se lhes mandasse passar em separado uma certidão do numero dos votantes em todo o concelho; recebendo despachos affirmativos ambos os requerimentos baixaram ao competente escrivão, que por parte da commissão respondeu, por escripto, que esse recenseamento se achava já archivado na camara, e que por consequencia não podia satisfazer ao despacho do seu superior; e por parte da camara, tendo-lhe sido pedida a dita certidão por espaço de dezesseis dias, ainda não quiz satisfazer. Como se explicará todo este empenho em não querer dar por certidão o recen-

seamento do anno proximo passado? A nosso ver um tal medo e recusa nenhuma outra cousa prova senão o boato já muito espalhado de que o recenseamento fôra adulterado.

«A commissão verificadora dos poderes julgará da validade das provas, que por vias seguras lhe faremos conhecer nas cortes geraes da nação.

«A vista do acontecido com relação ao recenseamento e recusa de sua certidão, e não nos sendo presente o recenseamento verdadeiro, desde já protestamos pela nullidade da eleição, deixando toda a responsabilidade a quem pertencer.

«As duas horas da tarde do dia 18 de março de 1860.—Entregue em mesa á vista das testemunhas o rev.º sr. padre cura da Candelaria, o sr. Francisco Silveira Villa Lobos, o rev.º sr. vigário da Candelaria, e o rev.º sr. vigário de S. Matheus.—Os reclamantes, *Victorino José de Sequeira* e *Garcia Alvares*, e *Avelino Silva* e *Lemos Ferreira* e *Augusto Pimentel Brito* e *Lucas de Mello* e *Ramos* e *Fonseca* e *Fraga*.»

A assembleia julgou-se incompetente para resolver esta materia que não era da sua competencia.

A commissão examinando os cadernos do recenseamento acha-os regulares como os das outras assembleas do circulo, e as duvidas ou suspeitas do reclamante não podem invalidar os documentos officiaes.

Na assembleia eleitoral de S. Roque do Pico a eleição correu com pouca regularidade. A eleição não se concluiu ali no primeiro dia, o presidente mandou rubricar as listas, mette-las num cofre, mas não houve a contagem, ou pelo menos não se menciona essa circumstancia na acta. Não houve contagem alguma contra esta falta. No fim da votação e antes do apuramento tambem não houve a contagem das listas.

Appareceram n'esta eleição duas reclamações que pela sua importancia vão transcritas, e são as seguintes, ás quaes se junta um contra-protesto do administrador interino do concelho.

«Em reclamação á assembleia eleitoral primaria, na qualidade de votante, diz Antonio Christiano de Sousa, marítimo, natural e residente em S. Roque d'esta ilha do Pico:

«Sendo fretado, o seu barco *Voador*, do lote de cinco toneladas, para conduzir da freguezia da Prainha a esta villa alguns votantes, saímos d'este porto ás nove horas da noite, e chegámos á Prainha á meia noite pouco mais ou menos: ali encontrando-me a essa hora com o regedor da freguezia, e não pondo impedimento algum ao nosso desembarque, e concedendo-nos em tudo o mais completa liberdade, ás cinco para as seis horas da manhã apparecendo alguns dos ditos eleitores, deu-nos ordem de prisão a mim mestre do dito barco, a toda a companhia e aos eleitores Manuel Cardoso Furtado, Antonio Manuel Pereira e seu genro Manuel de Serpa, mandando-nos o dito regedor varar o barco e por todos os seus aprestes em deposito.

«Aquelles eleitores, attenta a distancia, não vieram á urna; e muitos outros d'aquella freguezia, sendo um no seu transito, para esta villa, impedido por tres cabos de policia (como em reclamação vocal á mesa se acaba de provar com testemunhas superabundantes) desistiram do seu intento, e deixaram de exercer o seu direito de votação, por terem sido intimados á ordem do administrador interino, para que voltassem para suas casas. Isto mesmo já se provou em mesa na presença do dito sr. administrador, que negou ter dado taes ordens.

«Na ordem de prisão, assignada pelo sr. administrador, recommendava este ao regedor: «não deixasse de effectuar as ditas prisões, aliás seria responsavel para com o sr. governador civil.» (São testemunhas visuaes Antonio Manuel Pereira, e auctores Mameel Garcia, Silvestre da Rosa e outros), e querendo prestar fiança idonea, foi-lhe recusada tal faculdade; tudo inconscientemente com o fim de se apartarem da urna o maior numero possivel de eleitores; embora se pretextasse na ordem de prisão pretexto da saída de uma galera para o Brazil, e posteriormente a achada na costa de duas garrafas de ginebra, que é de supor ali foram lançadas de proposito.

«Eis a liberdade que se está dando n'esta votação! Eis os factos que entre muitos outros apresentamos, como o desaparecimento de todos os remos dos outros barcos da freguezia, quando nas freguezias mais proximas, e das quaes os votantes podiam vir a pé, nenhum d'estes factos acontecesse; embora se dessem muitos outros, como o desaparecimento repentino de muitos cabos, mandados (a pretexto) com officios para diferentes pontos distantes, quando muitos outros portadores se poderiam encontrar, evitando-se assim todo o alarme que de taes factos tem resultado.

«Eis os factos que por ora consignamos, protestando faze-los subir ás cortes geraes da nação, perante a commissão revisora dos poderes, para que sejam apreciados devidamente.

«Entregue á mesa eleitoral, ás tres horas da tarde do dia 18 de março de 1860, pelo reclamante aqui conduzido debaixo de prisão.—*Antonio Christiano de Sousa*.»

«Duvidando-se da veracidade de alguns d'estes factos, pedimos ao sr. administrador e presidente queiram avisar e interrogar mais algumas testemunhas que lhe indicaremos.—*Antonio Christiano de Sousa*—*Lacerda*—*Mello*—*Ramos*—*Fraga*.»

«Em protesto á assembleia eleitoral primaria, os abaixo assignados, na qualidade de votantes, dizem o seguinte:

«Como hontem se provou perante esta assembleia, tendo-se apresentado nos caminhos publicos alguns cabos de policia, intervindo e violentando os eleitores para que voltassem para suas casas, e obrigando-os a isso á ordem do sr. administrador interino; e assim tendo-se impedido mui de proposito por terra e mar toda a communicação para esta villa, fazendo-se para isso desaparecer todos os remos de todos os barcos das freguezias distantes já no dia 18, sem que o dito sr. administrador desse as providencias necessarias contra factos tão abusivos, tendo alem d'isso o dito senhor tratado de extraviar votantes, mandando-os para diferentes concelhos, onde foram retidos dolosamente por espaço de dois e tres dias, para que não podessem votar; e tendo usado de tantas violencias, a ponto de apartarem da urna metade dos votantes, sendo o total 704, e faltando só na Prainha 183; por isso, tendo-se já provado em plena assembleia todos estes factos de coacção physica e moral á vontade dos eleitores, vão os abaixo assignados protestar perante as cortes geraes da nação, pela nullidade d'esta eleição e abuso do poder, como a mesa acaba de protestar vocalmente, e o faz agora por escripto o votante Francisco Antonio de Lima, que acaba de chegar de diverso concelho, onde foi represso dolosamente, tendo ali sido mandado a casa de um partidario do dito sr. administrador com uma carta, e trazendo em resposta um simples bilhete em aberto, que bem mostra a inutilidade da missão.—A rogo do protestante Francisco Antonio de Lima, *José Maria da Rosa*—*De Manuel*—*Christiano de Sousa*—*De Manuel*—*Garcia*—*De Antonio*—*Pereira*—*De Mello*—*De José*—*Vieira*—*Quaresma*—*De Christiano*—*José de Sousa*—*Antonio Christiano de Sousa*.»

«Reconheço por verdadeiras as assignaturas do rev.º José Maria da Rosa, Antonio Christiano de Sousa, e as de cruz de Manuel Christiano de Sousa, Manuel Garcia, Antonio Ferreira de Mello, José Vieira Quaresma, Christiano José de Sousa, cuja identidade reconheço por serem feitas na minha presença. S. Roque do Pico, 19 de março de 1860. Eu Manuel Dias de Lima, tabelião, em testemunho de verdade.—*O tabelião, Manuel Dias de Lima*—*Lacerda*—*Ramos*—*Rosa*—*Fraga*—*Fonseca*.»

«Eu abaixo assignado, na qualidade de administrador interino d'este concelho, protesto por este meio contra a deliberação d'esta mesa eleitoral, que desattendeu a reclamação que o apresentante fizera a respeito de serem desattendidas as reclamações ou protestos apresentados por Antonio Christiano de Sousa, barqueiro, casado, e por Francisco Antonio de Lima, casado, jornalista, ambos moradores d'esta villa de S. Roque, por quanto envolvem factos passados extra assemblea eleitoral, desvirtuando da verdade, e que quando mesmo fossem verídicos, não lhe cumpria o conhecimento d'elles, como se mostra da disposição do artigo 136.º do decreto eleitoral e código penal, artigo 200.º E porque a mesma mesa transgrediu o artigo 55.º do supranotado decreto eleitoral, interponho o presente protesto, para o fim de ser tomado em consideração pela camara dos senhores deputados da nação portugueza.—Sala da assemblea eleitoral da villa de S. Roque do circulo eleitoral do Pico, 21 de março de 1860, ás onze horas da manhã.—O administrador interino, *Bento José Furtado Lima*.»

A commissão reconhece a gravidade dos factos, que carecem severo castigo se forem verdadeiros, e vae ponderar o seu alcance pelo que diz respeito á sua influencia no acto eleitoral.

N'esta assemblea obtiveram votos os srs.:

José Maria Latino Coelho ..... 86  
João Soares de Lacerda ..... 281

O numero dos recenseados era de ..... 704

Votaram segundo a acta ..... 368

Deixaram de votar ..... 336

O resultado da votação mostra que a paixão politica exaggerou os actos de violencia, tendo obtido o candidato contra o qual se julga que teve violencias se praticaram, 195 votos sobre aquelle a quem deviam similhantes excessos aproveitar; mas a commissão sustenta que admitindo-se, ainda que se não podem admitir, como verdadeiros todos os factos contra os quaes se apresentaram os protestos; admitindo que todos os eleitores recenseados, não só das freguezias distantes, mas das proximas vieram votar; admitindo que votassem todos no candidato immediato em votos no resultado geral, nem assim a eleição recairia senão no sr. Latino Coelho.

A demonstração é a seguinte:

O sr. Latino obteve ..... 1:077 votos.

O sr. Soares de Lacerda ..... 617 »

Se juntarmos a estes os 336 que não votaram ..... 336

Fica com ..... 953 »

Isto é, menos que o seu competidor ..... 124 »

A commissão não falla na annullação da eleição d'esta assemblea, porque essa hypothese era mais favoravel ao candidato que ficou em maioria, visto ter ficado com uma maioria superior a dois terços na assemblea de que se trata.

Em conclusão, a commissão de verificação de poderes, é de parecer que a eleição do circulo 160 deve ser approvada; e que tendo o deputado eleito apresentado o seu diploma, que está conforme a acta, o sr. José Maria Latino Coelho deve ser proclamado deputado da nação portugueza.

Sala da commissão, em 10 de maio de 1860.—*Rodrigo Nogueira Soares Vieira*—*Justino Antonio de Freitas*—*Antonio Rodrigues Sampaio*—*Antonio Augusto Correia de Lacerda*.

O sr. *Mello Soares*:—não combate o parecer, antes acha que está elaborado com justiça e rectidão, mas quer chamar a attenção do governo sobre alguns factos que se indicam no parecer da commissão, e que com quanto não invalidem o resultado da eleição, são de tal gravidade que não é possível que o governo se desdita de tomar conhecimento d'elles.

Por um documento junto ao processo eleitoral consta, que dois cidadãos recenseados, requerendo certidão do recenseamento á junta e á camara municipal, denegou-se o deferimento a este requerimento, o que é um crime de grande monta que não pôde ficar impune. Tambem se acusa, e crê que com fundamento, que diversos cabos de policia estacionados em diferentes pontos, impediram os eleitores de ir á urna; e tambem que um barco conduzindo uma grande quantidade de eleitores, foi preso o mestre do mesmo barco e alguns dos eleitores, ficando por este modo privados de votar.

São tres crimes eleitoraes horrendos, e pede ao sr. ministro do reino que, tomando conhecimento dos factos que se allegam, e verificando que são verdadeiros, os faça punir na conformidade da lei.

O sr. *Ministro do reino* (Fontes Pereira de Mello):—toma em consideração as observações feitas pelo sr. deputado, e sendo verdadeiros os factos que se indicam, o governo ha de cumprir o seu dever fazendo punir os criminosos.

Posto á votação o parecer é approved.

O sr. *Presidente*:—em consequencia da approvação do parecer, proclama deputado da nação portugueza o sr. José Maria Latino Coelho.

SEGUNDA PARTE DA ORDEM DO DIA

CONTINUAÇÃO DA DISCUSSÃO DO PROJECTO DE LEI Nº 22

AGENDA DA CONTRIBUIÇÃO PREDIAL.

Entra em discussão o artigo 4.º

O sr. *Mello Soares*:—requer que os artigos 4.º, 5.º, 6.º, 7.º e 8.º, sejam discutidos conjuntamente, votando-se depois em separado sobre cada um d'elles.

É approved este requerimento.

O sr. *Henriques Secco*:—manda para a mesa os seguintes artigos addicionaes:

«O proprietario que se julgar indevidamente collectado, por não ter qualquer predio ou arrendamento, que na matriz se lhe attribue, exime-se da collecta, fazendo termo perante o escrivão de fazenda de cendencia a favor d'esta, do supposto rendimento.

«Único. Quando porém o predio tenha algum, mas não tanto rendimento como na matriz se lhe attribue, vale a cendencia pelo excesso de que o proprietario se queixa.—*Henriques Secco*.»

«O custo das beneficeiras que augmentaram a produção de qualquer predio, será deduzido d'esta, para o fim de se apurar o rendimento liquido, ainda quando elle seja cultivado em quinhões; contanto que se não diminua o rendimento collectavel que independentemente d'ellas devia ter.—*Henriques Secco*.»

Deduz-se facilmente do conjunto das disposições do projecto, e principalmente dos considerandos do relatório, que toda a base do mesmo projecto é augmentar de futuro a materia collectavel, ainda que sob o pretexto de tornar mais igual a distribuição do imposto; por consequencia não será estranhavel que, a par do exaggerado interesse que se manifesta a bem do fisco, se apresente tambem alguma moção que tenha em vista garantir os interesses dos contribuintes.

Já se disse, e é uma verdade, que as matrizes são imperfeitissimas, e que na generalidade não são mais que a fonte dos antigos lançamentos de decima. Cumpre porém notar que, como se entendem que as matrizes deviam comprehender todos os predios, mesmo aquelles que não tivessem rendimento collectavel, aggravaram-se n'este ponto os males do lançamento da decima, porque tem succedido dar-se um rendimento, ainda que tenue, a

predios que nada produzem para seus donos, com o fim de serem collectados, o que é uma iniquidade praticada com os proprietarios, e d'esta maneira o imposto que vae recair sobre elles affecta não o rendimento, mas o capital. A sua primeira proposta tem por fim evitar este abuso.

A segunda proposta tem em vista fazer com que os bons proprietarios não sejam offendidos pela excessiva vontade de fazer valer os interesses da fazenda. Desde que algum proprietario faz algumas beneficeiras no seu predio, e por consequencia augmenta o seu rendimento, é logo collectado em relação a esse augmento sem serem deduzidas as beneficeiras, o que longe de ser um incentivo ao progresso da agricultura, será um meio desanimador para todos aquelles que quizerem fazer valer mais a sua propriedade. Por consequencia, entende que se deve dar uma garantia aos proprietarios, e essa garantia consiste em deduzir do excesso do rendimento do predio as beneficeiras feitas no mesmo predio que produziram esse excesso. Mas como pôde haver algum abuso que prejudique os interesses da fazenda, preveniu esse abuso propondo que o rendimento collectavel nunca seja inferior áquelle que a propriedade teria regularmente, independentemente das allegadas beneficeiras.

Os artigos addicionaes são admittidos á discussão.

O sr. *Ferreira*:—observa que no § unico do artigo 7.º o recurso que se dá aos collectados que foram lesados na repartição da contribuição de reclamarem perante a junta que fez a derrama, não é um recurso, porque para haver recurso é necessário que se possa recorrer a uma outra autoridade, e aqui ha apenas uma reclamação perante a junta dos repartidores.

No artigo 9.º estabelece-se o recurso para o conselho d'estado, mas é nos casos de preterição de formalidades e termos essenciaes do processo, ou offensa de lei expressa, e não é no caso de lesão dos collectados.

Nestas circumstancias, entendendo que deve dar-se um recurso aos collectados, n'este caso, para o conselho de districto, ou, quando assim não sejam, para o conselho d'estado, por isso manda para a mesa o seguinte additamento ao § unico do artigo 7.º:

«Com recurso para o conselho de districto, ou, pelo menos, para o conselho d'estado.—*Ferreira*.»

É admittido á discussão.

O sr. *Nogueira Soares*:—por parte da commissão vae responder aos illustres deputados que acabam de fazer algumas objecções ao parecer da commissão.

Começando pelas ultimas observações feitas pelo seu respeitavel amigo e mestre, que disse que não havia na lei nenhum recurso para a hypothese de a repartição não ter sido feita pela junta dos repartidores com perfeita igualdade entre todos os contribuintes, diz que a junta dos repartidores ha de lançar a cada contribuinte uma quota directamente proporcional á sua renda, que é uma operação arithmetica que não se pôde fazer de outro modo, e todas as vezes que a junta dos repartidores repartir o contingente que cabe a cada concelho, aliviando uns contribuintes para sobrecarregar outros, offende a lei. Por isto no artigo 9.º está determinado o recurso para o conselho d'estado.

Acerca dos dois artigos mandados para a mesa pelo sr. Secco, o primeiro, para que todas as vezes que a contribuição lançada a um contribuinte for superior ao rendimento collectavel d'esse contribuinte, elle possa livrar-se de pagar a contribuição, não pôde admittir-se, mesmo porque nunca se ha de dar a hypothese de a contribuição vir a absorver o rendimento collectavel, e a inserir-se esta disposição na lei, vinha a suppor-se que a lei havia de ser executada de uma maneira absurda e impossivel; e o segundo para que, quando qualquer proprietario fizer beneficeiras na sua propriedade, não sejam ellas tidas em conta para o effeito da contribuição, não pôde admittir-se tambem por dois motivos: em primeiro lugar pela difficuldade da liquidação, por quanto sendo muito facil confundir o rendimento das beneficeiras com o do predio principal, se podia dar assim a algum contribuinte, menos desejoso de satisfazer a esta obrigação para com o estado, um meio de se esquivar a ella, indo sobrecarregar os outros, o que não está na natureza d'esta contribuição, que é de repartição; e em segundo lugar, porque sendo o principio que deve regular na distribuição da contribuição, o torna-la, quanto possivel, proporcional á renda de cada um, que essa renda seja de capitales ou de terras, quando qualquer capitalista inverte os seus capitales em beneficeiras não adquire por esse facto o direito de ser aliviado de contribuir para as despesas do estado.

Por estes fundamentos a commissão não pôde aceitar as propostas mandadas para a mesa, e elle, orador, sente muito não o poder fazer, porque deseja sempre, quanto é possivel, accordar com os illustres deputados, e aceitar as suas idéas.

O sr. *Claudio J. Nunes*:—lê, para mandar para a mesa, uma moção de ordem, que poderia classificar como substituição ao artigo 8.º

O projecto em discussão no artigo 8.º quer sanar o inconveniente que hoje se dá na percentagem da contribuição predial, qual é o estar desigualmente repartida pelos bairros da capital, por quanto acontece que ao passo que em uns bairros é de 8 por cento, em outros é de 9 e 10, como em Belem e Oeiras.

Sabe que as matrizes não estão perfeitas, apesar do zelo e desejos de bem servir a causa publica dos funcionarios a quem a direcção d'esse trabalho foi commettida, zelo de que tem sido testemunha occular em relação ao districto de Lisboa.

Mas porque não se ha de applicar o mesmo principio que se estabelece para Lisboa ás outras terras do reino?

Para conseguir este fim, apresenta a sua proposta, que deseja que se consigne, estando prompto para admitir um praso para a sua traducção na pratica, quando o sr. ministro e a commissão entendam que assim é necessario em negocio tão grave.

A proposta é a seguinte:

«Adicional depois do 7.º

Artigo 8.º As juntas geraes dos districtos repartirão os contingentes da contribuição predial, que tiverem sido designados aos mesmos districtos, de modo que a percentagem seja igual em todos os concelhos de cada um d'elles.

«Único. O artigo do projecto.—*Claudio José Nunes*.»

É admittida á discussão.

O sr. *Aragão*:—manda para a mesa uma moção de ordem, que é um artigo novo, que pôde ser metido no projecto em seguida ao artigo 7.º da lei, e que sem alterar em nada as disposições da lei em discussão pôde trazer um grande beneficio para os povos, beneficio que já se tem experimentado em Hespanha, onde se adoptou este mesmo principio.

«A seguinte:

«O contingente da contribuição municipal, depois de approved pelo conselho municipal e conselho de districto, será repartido conjuntamente com a contribuição predial de que trata esta lei, havendo um só conhecimento para ambas as collectas.

O governo fará os regulamentos necessarios para a execução d'esta disposição.—*Aragão Mascarenhas*.»

É admittida á discussão.

O sr. *Thiago Horta*:—participa que se acha ins-

tallada a commissão de recrutamento, tendo nomeado para presidente o sr. D. Rodrigo de Menezes, para secretario o sr. Cabral de Noronha, e para relator a elle substituto.

O sr. *Xavier da Silva* (sobre a ordem):—vae mandar para a mesa uma proposta para a eliminação do artigo 5.º Este artigo liga com o artigo 12, onde se diz que ficam revogados os artigos 3.º e 5.º do decreto de 31 de dezembro de 1852, relativo á contribuição predial: de modo que este artigo proposto pela commissão e pelo governo revoga o artigo 5.º da lei da contribuição que dava aos povos o recurso para o conselho de districto, e elle, orador, não quer tirar aos povos este recurso.

Vê que no artigo 9.º depois se estabelece recurso para o conselho d'estado em certos e determinados casos, e não se conformando tambem com este artigo, manda para a mesa uma substituição a elle.

Este projecto, que se tem querido apresentar como um negocio muito simples e muito innocente, não é de certo tão innocente como se quer alucinar. O governo pretende estabelecer o seu machismo para o modo porque ha de obter dos contribuintes com mais facilidade a quantia que tem em vista, e note a camara que este preparo não é só para os tributos agora existentes, mas para os tributos que o governo tem em mente.

Até aqui dava-se aos povos o recurso para o conselho de districto, e d'ali recorriam para o conselho d'estado; hoje não se contenta o governo em dar ás juntas de repartição uma nova forma para tirar aos contribuintes toda a esperanza de poderem ter melhor julgamento, mas tira-lhes logo o recurso para o conselho de districto, e annulla o recurso para o conselho d'estado. Era melhor dizer o governo por um decreto, fulano e fulano pagam tanto, e acabar com as juntas de repartidores e com os recursos, porque recursos como se querem conceder é o mesmo que nada.

Houve epocha em que se concediam garantias aos povos para elles poderem ter intervenção no julgamento das questões que dizem respeito aos tributos; mas agora todos os dias se inventa o modo de centralizar no poder toda a acção para coagir os povos a pagar aquillo que se lhes impoz. É por isso que se dá nova forma ás commissões, e é para este fim que se tira aos povos o recurso para o conselho de districto. Que receio pôde ter o governo em que os conselhos de districto tenham de resolver as questões d'esta ordem? Pois não é certo que os conselhos de districto se compõem de homens propostos pelas juntas geraes de districtos e approveds pelo governo? Não tem o governo na escolha dos vogaes do conselho de districto, direito de escolher aquelles que lhe convém mais? Não é a proposta mesmo feita ou indicada pelos governadores civis? Que receio o governo do conselho de districto presidido pelo governador civil? Porque não consente que nas localidades onde se conhece mais a justiça e se podem considerar melhor as circumstancias de cada um, ali se decida sobre a reclamação que cada um tenha a fazer? É porque o governo tem pressa, e quer que as matrizes estejam concluidas; mas para que o governo não allegue similhante fundamento, propõe que o recurso não tenha effeito suspensivo, e parece-lhe que assim o governo não pôde ter duvida em aceitar a sua proposta. No caso porém de a ter, no caso de não aceitar a proposta que vae mandar para a mesa, isso o que prova é que o governo quer-se dar pressa de resolver a questão dos contribuintes, sem que elles possam ter a menor intervenção.

Manda pois para a mesa as seguintes propostas: «Proponho a eliminação do artigo 5.º do projecto —*A. Xavier da Silva*.»

«Substituição:

Os contribuintes tem direito de reclamar para o conselho de districto das decisões da junta denominada dos repartidores.

«Único. Este recurso não tem effeito suspensivo.

—*A. Xavier da Silva*.»

São admittidas á discussão.

O sr. *D. José de Alarcão* (sobre a ordem):—manda para a mesa a seguinte proposta:



influencia, essa supremacia que o administrador do concelho tinha nas juntas, porque o proprietário nomeado pelo governador civil e proposto pelo administrador do concelho era substituído pelo delegado ou sub-delegado que dá muito mais garantias de ilustração e independência.

Que algumas vezes os administradores dos concelhos têm abusado e podem abusar, e então é necessário que haja um tribunal estranho, superior às influências d'elles, e que sirva de correctivo aos desvios das juntas dos repartidores, e este tribunal deve não só conhecer de direito, mas de facto, que são as questões que mais interessam aos contribuintes.

Tinha-se dito que o recurso para o conselho d'estado não podia ser de não o recurso de direito e não o recurso de facto. Parece-lhe que o conselho d'estado pôde apreciar o recurso fundado no facto, e não há motivo para que o não aprecie.

Para obviar a este inconveniente é que fez o aditamento que vai mandar para a mesa, e que espera a comissão e o governo adoptarem.

Lêem-se na mesa as seguintes propostas:

«Aditamentos ao artigo 9.º»

Depois das palavras «lei expressa» acrescenta-se «e no facto, quando este for comprovado com documentos que mereçam fé publica.»

§ unico. Estes recursos serão remetidos officionalmente ao conselho d'estado, e sendo providos serão as certidões, a que allude o artigo 11.º, também enviadas officionalmente aos administradores do concelho ou bairro, para por elles serem entregues aos respectivos recorrentes.—O deputado por Cabeceras de Basto, *Guilherme Augusto Pereira de Carvalho de Abreu*—*Julio do Carmo Sousa Telles*—*Manuel Carlos de Azevedo Pinto*—*Visconde de Pindella*—*Freitas Soares*—*Joaquim Cabral*.

São admitidos á discussão.

A requerimento do sr. Pinto Martins proroga-se a sessão até se votar a materia em discussão.

O sr. *Gomes de Castro* (sobre a ordem):—manda para a mesa uma proposta relativa ao artigo 9.º, proposta que considera como uma perfeita emenda, pois que ella conserva exactamente as expressões do começo do artigo 9.º, estabelecendo apenas de novo o recurso para o conselho de districto; e como se poderá objectar que o recurso para esta corporação tornará mais moroso o processo, por isso propõem que o recurso seja sem effeito suspensivo, tanto o que for interposto para o conselho de districto, como o que for para o conselho d'estado.

Observa que tirado o recurso para o conselho de districto, naturalmente os recursos vão para o conselho d'estado; mas o governo sabe perfeitamente que a secção do contencioso do conselho d'estado tem apenas quatro relatores, e que portanto é impossível que dê vazão aos muitos recursos que devem haver sobre a materia sujeita; será muito demorada ali a decisão d'elles, e com tal demora os contribuintes serão prejudicados.

Não vê rasão para se querer extinguir o recurso por o conselho de districto, especialmente quando as suas decisões não tiverem effeito suspensivo, como propõe.

Junta a sua voz á de um illustre magistrado administrativo que é membro da camara, na resposta que deu ao sr. relator da commissão, quando este disse, que as decisões do conselho de districto eram fadadas; semelhante accusação feita a estes tribunales é injustissima, e deve notar ao tempo em que no parlamento e na imprensa apparecem graves accusações, não sabe se sempre fundadas ou não, mas crê que algumas tem fundamento, contra a magistratura judicial, não apparece nenhuma contra a magistratura administrativa. Da testemunho de quanto os tribunales administrativos são zelosos e activos na resolução dos processos que lhes são submettidos, e realmente custa-lhe que n'um relatório elaborado de accordo com o governo, se duvidasse da justiça com que esses tribunales julgam.

Em quanto ao sr. relator da commissão dizer, que as juntas dos repartidores, sendo compostas de contribuintes, estes atenderiam mais aos seus interesses do que aos do fisco, responderá com o que se propõe no projecto relativo á decima industrial. Não serão os interessados que formam a junta que tem de repartir este imposto? De certo, porque os mesmos industriaes é que hão de repartir o imposto.

No tributo de sangue, no recrutamento, não entra o elemento popular em maioria nas corporações que tem de preparar estes trabalhos e de attender ás reclamações, que, em certos casos, tem recurso só para o conselho d'estado?

E por esta occasião deve notar, que na secção do contencioso administrativo do conselho d'estado existem dois mil e tantos recursos sobre materia de recrutamento; e de janeiro até ao presente existem lá trezentos e tantos recursos sobre contribuições com relação ao imposto industrial, e se se tirarem os recursos para o conselho de districto, quanto á contribuição predial, virão a avultar muito mais os recursos para o conselho d'estado. Portanto parece-lhe que muito mais conveniente, a todos os respeito, é que a sua proposta seja approvada, para que haja recurso para o conselho de districto, e d'este para o conselho d'estado; e tanto n'um como n'outro caso, sem effeito suspensivo. N'este sentido manda para a mesa a seguinte emenda ao artigo 9.º:

«Da matriz concluida nos termos do artigo 5.º, e bem assim da repartição que sobre essa matriz se fizer, haverá recurso para o conselho de districto sem effeito suspensivo, e d'ahi para o conselho de estado sem effeito suspensivo igualmente.—*Gomes de Castro*—*Monteiro Castello Branco*.

O sr. *Bivar* (sobre a ordem):—manda para a mesa um additamento á proposta do sr. Carvalho de Abreu, para que os recursos que forem para o conselho d'estado sejam considerados urgentes para serem resolvidos summariamente. A consideração de urgente n'estes recursos tem muita importancia, por que faz com que as decisões sobre elles sejam feitas com a maior promptidão. N'estes termos remette para a mesa a seguinte proposta.

«Aditamento:—serão considerados urgentes e resolvidos summariamente.—*Bivar*»

É admitido á discussão.

O sr. *Rocha Peixoto* (sobre a ordem):—sente que o governo, antes de vir propor á approvação da camara projectos para pedir aos contribuintes mais impostos, não inste pela discussão do orçamento (apoiados), porque só depois d'este se discutir, e de se fazerem as economias necessarias, depois de mostrar-se ao paiz que não se podem fazer mais economias, e que se tinha acabado com os desperdícios, e que assim mesmo a receita não chegava para as despesas necessarias e que eram precisos novos sacrificios, então é que se deviam pedir, e estava certo de que ninguém se recusaria a fazê-los. Mas o governo não tratava d'isso, e apenas tem em vista que o povo pôde e deve pagar mais. Os exemplos que se trouxeram da Belgica e da Hespanha, foram, na sua opinião, mal trazidos, porque o estado d'esses paizes não tem analogia nenhuma com o nosso, e queria que o sr. ministro seguisse a Belgica, não para que o povo pagasse mais, mas para fazer as reduções que ali se fizeram, principalmente no ministerio da justiça, apesar de ter augmentado a verba para o ministerio das obras publicas.

Para se sustentar que o povo pôde e deve pagar mais, matou-se o conselho de districto; não porque

elle tivesse commettido uma só falta ou crime; e a propria imprensa, que nem sempre é justa, nem uma palavra ainda disse contra elle; mas votou-se á morte porque é filho da junta geral, e por consequencia neto do povo, e este governo está em guerra com o povo.

Entende que a disposição do artigo a que se refere é contraria ás nossas leis fiscaes, assim como entende que é contraria tambem ao espirito da carta constitucional, porque esta estabelece no artigo 15.º que pertence ao poder legislativo votar as despesas e repartir as contribuições directas, e no artigo 35.º estabelece a iniciativa do corpo legislativo em materia de impostos, e no § 12.º do acto adicional estabelece que os impostos serão votados annualmente, e que as leis que os estabelecerem obrigam sómente por um anno, o que prova que a carta quer que os representantes do povo não confiem tudo nos ministros; e se se permitir ao poder executivo a feitura da matriz predial, está claro que elle pôde elevar este imposto até onde quiser.

Com relação á industria faz-se agora o mesmo que se fez, quando se estabeleceu esta lei para a propriedade. Então tambem se disse aos proprietarios que a lei não tinha por fim senão regular o imposto de modo que fosse repartido com igualdade; que a lei não era mais do que um elemento de credito; hoje diz-se o mesmo á industria para dourar a pilula; depois ha de acontecer-lhe o mesmo que tem acontecido aos proprietarios.

Concorda com a primeira parte da proposta do governo; adopta o principio fundamental estabelecido no artigo 4.º para que os informadores lousados sejam nomeados metade pela junta dos repartidores, e metade pela camara municipal, porque confia que tanto a junta como a camara hão de nomear homens proprietarios e competentes; mas quer mais, quer que se estabeleçam regras para que o escrivão de fazenda não abuse, que seja elle quem faça a matriz, mas com o arbitramento de lousados.

Quer que os escrivães de fazenda não indefiram por sua vontade e arbitrio, mas sim que fundamentem os seus despachos, assim como as juntas de repartição as suas decisões, e é para prevenir esta hypothese e obstar ao arbitrio que estabelece o § unico da sua substituição, que manda para a mesa a seguinte proposta:

«Art. 4.º O escrivão de fazenda, na confecção da matriz predial, e a junta dos repartidores nas decisões sobre recursos da sua competencia, terão sempre em vista o arbitramento e esclarecimentos escritos dos lousados e informadores nomeados annualmente, metade pela mesma junta, e outra metade pela respectiva camara municipal, e quaisquer outros dados adequados.

§ unico. Os actos do escrivão de fazenda sobre reclamações dos contribuintes, e as decisões da junta dos repartidores, sobre recursos, serão sempre fundamentados.—*Rocha Peixoto*»

É admitida á discussão.

O sr. *Thomaz de Carvalho*:—requer que a materia se julgue discutida.

(Diferentes srs. deputados pedem a palavra sobre a ordem, e reclamam contra este requerimento.)

O sr. *Presidente*:—não pôde deixar de pôr á votação o requerimento do sr. deputado, porque assim o determina o regimento, cujas disposições cumpre á mesa e aos srs. deputados respeitar.

Consultada a camara sobre se a materia está discutida, decide afirmativamente.

Art. 4.º—approvado, e prejudicada a proposta do sr. Rocha Peixoto.

Propõe-se á votação a eliminação do artigo 5.º, offerecida pelo sr. Xavier da Silva, é rejeitada.

Art. 5.º—approvado, e prejudicada a substituição do sr. Xavier da Silva.

Art. 6.º—approvado.

Art. 7.º—approvado, e rejeitado o additamento do sr. Ferrer.

Art. 8.º—approvado.

Art. 9.º—approvado.

O sr. *Presidente*:—diz que ha a votar sobre os additamentos propostos pelos srs. Pereira de Carvalho de Abreu, Gomes de Castro e Bivar.

O sr. *Ministro da fazenda* (Casal Ribeiro):—pede que as duas propostas, uma do sr. Guilherme Augusto, e outra do sr. Bivar, as quaes accita, sejam postas á votação, salva a redacção; e quanto á do sr. Gomes de Castro não pôde deixar de a considerar prejudicada.

Postos a votos os additamentos dos srs. Guilherme Augusto e Bivar, são approvados, salva a redacção.

O sr. *Gomes de Castro*:—entende que a sua proposta não está prejudicada, e pede que haja votação sobre ella.

Posta a votos a proposta do sr. Gomes de Castro, é rejeitada.

Art. 10.º—approvado.

Art. 11.º—approvado.

Art. 12.º

O sr. *Xavier da Silva*:—pede ao sr. ministro que declare qual é a disposição do artigo 3.º do decreto de 31 de dezembro, que pelo artigo que se vai votar fica revogada.

O sr. *Ministro da fazenda* (Casal Ribeiro):—que depois da votação daria a explicação que o sr. deputado pede.

O sr. *Xavier da Silva*:—pede votação nominal sobre o artigo.

É rejeitado este requerimento, e posto a votos o artigo é approved.

Artigo adicional do sr. Claudio José Nunes—rejeitado.

Artigo adicional do sr. Secco—rejeitado.

Artigo adicional do mesmo sr.—rejeitado.

Artigo adicional do sr. Aragão—rejeitado.

Proposta do sr. Alarcão—rejeitada.

O sr. *Ministro da fazenda* (Casal Ribeiro):—dizia, como explicação ao illustre deputado o sr. Xavier da Silva, que o artigo 3.º do decreto de 31 de dezembro a que o illustre deputado se referiu de facto não estava em execução, e não o podia estar muito principalmente depois de se ter votado a extincção do subsidio litterario; desde esse momento e desde que foi votado o augmento da contribuição de repartição não estava em execução, e então tratase agora de pôr o direito em harmonia com o facto.

O sr. *Ferrer* (para explicação):—declara que sente ter tomado calor n'esta discussão, mas tem desculpa. Tem respeito pelas votações da maioria, e sempre o teve, mas entende que acima da maioria está a nação, a justiça e as conveniencias sociaes. A maioria pôde julgar a questão na camara, mas fora da camara está o paiz que a ha de tambem julgar.

Discutiam-se quatro artigos, e a opposição foi tolerante e não se oppoz, antes deu provas de moderação; e depois porque se discutiu o artigo 7.º, e porque elle, orador, se referiu á conveniencia de se discutir mais um artigo juntamente, tomou-se pretexto d'isto para pôr em discussão nove artigos, que continham muitas providencias importantes; foi o mesmo que converter o que era discussão na especialidade em discussão na generalidade. Mas fez-se mais ainda, prorogou-se a sessão até se discutir uma materia tão vasta e tão importante que regula o tributo que deve pagar o povo portuguez, e houve tanta pressa em julgar a materia discutida, que os deputados que tinham a palavra para mandar para a mesa emendas, additamentos e substituições não tiveram occasião para isso.

Aqui estão as rasões por que tomou calor, e sente-to-lo feito, mas responde por si, e a maioria responde igualmente por si (muitos apoiados).

O sr. *Presidente*:—a ordem do dia para depois de amanhã é, alem dos projectos que estão dados, o projecto n.º 20, que approva a applicação dada pelo governo ás despesas geradas do estado, da quantia que foi levantada em virtude das autorisações que ao governo foram concedidas, e mais o projecto n.º 41 sobre o contrato Langlois, começando talvez por este objecto a discussão; e na primeira parte da ordem do dia a leitura de alguns pareceres de commissões, impressos no *Diario da Camara*, declara levantada a sessão.—*Eram quasi cinco horas e meia da tarde*.

Relação dos srs. deputados que estiveram presentes na sessão de 16 de maio á chamada um quarto depois do meio dia

Cancellia, Moraes Carvalho, Balduino, Alves Martins, Lacerda (Antonio), Eleuterio, Antonio Feio, Henriques Secco, Couto Monteiro, Fonseca Osorio, Pinto de Albuquerque, Roballo de Azevedo, Telles de Vasconcellos, Pinto Carneiro, Vaz da Fonseca, Aristides, Palmeirim, Xavier da Silva, Zeferino Rodrigues, barão das Lages, Bartholomeu dos Martires, Ferrer, Ramiro Coutinho, Rebello de Carvalho, Cypriano da Costa, Teixeira da Motta, Garcia Peres, Mousinho, Pereira Brandão, Barroso, Diogo de Sá, Gaspar Pereira, Gaspar Teixeira, Castro e Abreu, Mello e Minas, João José de Azevedo, Mello Soares, Castro Portugal, Sousa Machado, Calça e Pina, Mamede, Neutel, Pinto de Magalhães, Silva Cabral, Infante Pessanha, Alves Chaves, Alves Feijó, Chrispiano da Fonseca, Menezes Alarcão, Frazão, Rojão, Mello Gouveia, Julio do Carvalho, Justino de Freitas, Abaim, Freitas Branco, Mendes de Vasconcellos, Luiz Pinto Tavares, Afonseca, Seixas Penetra, Azevedo Pinto, Sousa Feio, Pedro Jacome, Placido, Charters, Menezes Pitta, D. Rodrigo de Menezes, Nogueira Soares, Simão de Almeida, Ferrer, visconde de Pindella, e visconde do Portocarrero.

Em virtude de resolução da camara dos srs. deputados se publica o seguinte

#### OFFICIO

A fim de satisfazer ao requerimento do sr. deputado Manuel Bento da Rocha Peixoto e outros, a que se refere o officio de v. ex.ª de 14 do corrente, tenho a honra de dizer a v. ex.ª que no fim de dezembro do anno passado estavam promptos na estrada de Braga a Valença pelos Arcos 4:035 lineares, empedrados 1426", e em construcção 3:114".

O numero medio dos operarios empregados diariamente na referida estrada no mez de janeiro ultimo foi de 773.

A somma total dispendida na sua construcção tem sido até ao fim de fevereiro ultimo 62:222\$720 réis.

Deus guarde a v. ex.ª Ministerio das obras publicas, commercio e industria, 20 de março de 1860. —Ill.º e ex.º sr. deputado secretario da camara dos srs. deputados.—*Antonio de Serpa Pimentel*.

Projecto de lei sobre o estabelecimento de caudalarias, apresentado pelo sr. deputado Rodrigo de Moraes Soares, em sessão de 20 de abril proximo findo.

Senhores.—A criação do gado cavallar é um dos ramos da industria pecuaria, que mais nos convem animar, e desenvolver, não só porque o estado, em que ella actualmente se encontra, é a todos os respeito deploravel, mas tambem porque os seus productos, devidamente aperfeiçoados, alem de constituirem uma fonte copiosa de riqueza rural, são poderosos instrumentos da força publica, indispensavel para fazer manter a ordem interna, e respeitar a independencia nacional.

Não me deterei na explanação de muitas considerações, com que podia demonstrar, tanto a decencia da nossa industria hippica, como a conveniencia de excitar o seu melhoramento, pois que estas verdades são de intuitiva comprehensão. Tratarei, sim, de expor a conjunção de providencias, que, a meu ver, se devem adoptar, para abrigar este valioso ramo de industria debaixo de todas as condições de progresso e prosperidade.

Mas antes de proseguir no meu principal intento, seja-me permitido dar todo o esclarecimento a alguns factos, que servem de base ao meu projecto.

Poderá, entre nós, a criação cavallar attingar as proporções de uma verdadeira industria?

Pensamos que a verdade está na affirmacão.

O parecer de pessoas competentes e versadas na materia é que as nossas raças cavallares podem vir a ser as melhores da Peninsula, e muito superiores ao commun das da Europa, se não para todos os fins, seguramente para sella e tiro ligeiro, quando, para este effeito, se empregem os meios indicados pela sciencia, e confirmados pela pratica. Abastardas pela incuria, e reduzidas pelo desprezo á ultima degeneração, ainda assim apresentam um ou outro producto, que a lei do atavismo e a constancia da raça nos tem conservado, revelando as altas qualidades de um sangue distincto e nobre.

Mas redarguirão, que isto só não basta, porque a industria de que se trata exige outras condições, como é a alimentação commodá e abundante em todas as epochas do anno, e o consumo certo, que mantenha constantemente os preços remuneradores.

Em quanto á alimentação, que se requer, embora no estado actual a não haja, é indubitavel que pôde haver-la. Na roda do anno passam os nossos gados de criação por duas crises, uma no verão e outra no inverno; mas estas crises são forçadas em quasi todos os paizes, e em muitos d'elles mais violentas do que entre nós. O nosso interesse está em estudar os meios de remover as difficuldades a este respeito, porque ellas não são invencíveis. O estabelecimento dos melhores sistemas de irrigação, a cultura de plantas forraginosas, o methodico aproveitamento dos fenos e dos pastos nos logradouros publicos, e outras providencias analogas, podem habilitar o paiz para sustentar muitas pilhas de eguas e grandes manadas de potros.

É note-se bem, que em Portugal não é tão sensível a falta de gado cavallar, como evidente a sua degeneração. Para esclarecimento d'este ponto e de outros que n'este se prendem, colliji os documentos appensos sob n.º 1, 2, 3 e 4, os quaes se podem consultar com proveito da materia de que se trata, declarando que não me responsabilizo pela sua completa exactidão, posto que sejam officiaes.

Outra observação me parece igualmente importante e necessaria para se conhecer, sem grande distancia da verdade, o estado da nossa economia pecuaria, e se lançarem com segurança os fundamentos da sua conveniente reorganização.

A industria da criação cavallar pôde, como outra qualquer, exercer-se em maior ou menor escala, isto é, pôde haver a pequena ou a grande industria. A qual d'estes dois ramos devemos dar maior attenção, a qual nos convirá dar maior excitamento?

Entre nós o que mais avulta é reconhecidamente a pequena industria. Veja-se o documento n.º 2. É depois manifesto que, sem desatendermos os interesses dos grandes creadores, é a pequena industria, que nos deve merecer o mais particular cuidado.

Mas será tão activo o consumo dos productos hippicos, que possa dar á criação cavallar proporções verdadeiramente industriaes?

Reflexionando sobre os dados que nos apresenta o documento n.º 4, demonstrativo da quantidade do gado equino importado e exportado annualmente; tomando em conta o progressivo desenvolvimento da viação aperfeiçoada; observando o rapido incremento dos trens, tanto de aluguer como de luxo; calculando, finalmente, o numero de cavallos, que o serviço do exercito demanda para a sua remonta annual; teremos de reconhecer que os limites da offerta nunca poderão exceder os do consumo.

E já que fallei em remonta do exercito, seja-me licito que eu erga um brado de indignação contra a remonta de cavallos estrangeiros. Se não fosse por me alongar do ponto, a que me dirijo, poderia demonstrar com documentos authenticos, que desde 1834 se tem gasto mais de um milhão de cruzados na remonta de cavallos estrangeiros, que alem de caros no custo e na alimentação, improprios para bom serviço, mal humorados, achacosos e pouco duradouros, nos importaram o funesto presente de uma tão maligna especie de morma, que não só tem acommettido centenas de brutos, e infeccionado os quartéis, mas tambem se ha transmitido aos pobres soldados, bastantes dos quaes têm succumbido á violencia atroz de uma contágio incuravel e horrosa!

Mas panhamos vóo espesso sobre as paginas da historia das remontas do exercito, para que nossos filhos a não leiam, e collocando sobre o passado a pedra do esquecimento, offerçamos o peito á obra do futuro, mas isto com prudencia e perseverança.

O primeiro passo seguro, que deverá dar-se n'este caminho, consiste em lançar os fundamentos de uma organização administrativa, que comprehenda todas as funções d'este ramo, e lhe imprima um impulso regular, uniforme e esclarecido.

Para este effeito será indispensavel crear os veterinarios de districto, porque estes, como instrumentos da sciencia, e como representantes do poder central, se encarregarão de diffundir até ás extremidades sociaes o pensamento fundamental, e de vigiar pela sua fiel execução. A hippologia é uma especialidade da sciencia zootechnica, que a classe dos creadores desconhece, e não pôde estudar regularmente, e sem a acção effectiva d'essa especialidade, prestes se reproduziriam todos os abusos da instituição das antigas caudalarias, cujos administradores por ignorancia, desleixo, e maus habitos, alem do desdizer a sabedoria do seu regimento, convertiam, em propria utilidade, as vantagens do interesse geral. Não pensar assim, é uma contradicção das idéas geralmente segundas, é proclamar a desnecessidade de uma sciencia professional, que tão rapidos e brilhantes progressos está fazendo, que tem sido honrada por tão distinctas intelligencias, e nobilitada por todos os governos illustres.

Entra pois no meu plano, que o paiz se divida em tantas regiões, ou circulos hippicos, quantos se julguem necessarios, para se attender devidamente ás conveniencias das diversas localidades. Em cada um d'esses circulos proceder-se-ha ao recenseamento das eguas de marca, o que como diz o antigo regimento, das eguas fantias. Esta disposição é essencial, porque a bondade dos productos depende da commun bondade dos progenitores. A exclusão das eguas mal conformadas, morbosas, sem ventre proporcionado ao cavallo da padregão, é o primeiro passo no caminho do aperfeiçoamento da industria cavallar. Portanto sômente deverão ser admitidas aos postos de cobrição as eguas de lista, isto é, as que forem competentemente recenseadas.

Já se vê que em cada um dos circulos hippicos deve haver tantos postos de cobrição, quantos forem necessarios para o serviço regular do lançamento. Aqui vem naturalmente uma questão. Deverá o governo fornecer os cavallos paes, ou será melhor que os particulares os ministrem, ficando apenas ao governo as funções da inspecção? A minha opinião é que se adopte o systema mixto, como se está praticando em nações muito adiantadas n'este ponto. Não devemos esperar da iniciativa dos particulares o que d'ella não pôde vir, nem exigir do governo sacrificios superiores ás forças do thesouro. Compre o governo e distribua pelos postos de cobrição, mais apropriados para a criação equina, cavallos escolhidos e de raças finas, que são muito caros, que exigem um tratamento esmerado, e que, por todas estas rasões, não podem ser ministrados nem mantidos pelos particulares. Estes podem, sim, proporcionar aos postos de cobrição os cavallos de segunda ordem, mediante uma certa retribuição, que da Belgica se chama premio de conservação, o qual deverá sômente recair nos animaes que tiverem as condições indispensaveis para o fim a que se destinam.

O processo da escolha e approvação dos cavallos de lançamento, pertencentes a particulares, poderia correr inconvenientemente, se fosse regulado pelo singular arbitrio do respectivo veterinario; porém ficariam prevenidos os abusos, abrindo-se um concurso publico para se effectuar a escolha e approvação dos cavallos paes, que houverem de funcionar em cada um dos circulos hippicos.

Como providencia auxiliar, na parte relativa ás cobrições, estatue-se o pagamento de uma pensão, a que deverão sujeitar-se os donos das eguas. Esta medida tem dois fins: evitará por um lado, que se incluam no recenseamento algumas eguas de inferior qualidade, e por outro, completando a remuneração dos possuidores dos cavallos paes, influirá na boa aquisição d'estes, pelo immediato interesse que seus donos recebem.

A estas disposições organicas acrescento outra, que julgo essencialmente necessaria. Refiro-me á criação de dois estabelecimentos zootechnicos, um no sul e outro no norte do reino, destinados á procreação, naturalisação e apuramento de tipos de reprodução das melhores raças, tanto nacionaes como estrangeiras. É indispensavel, que nós façamos um grande esforço, dirigido com intelligencia e sustentado com perseverança, para fundar novas raças cavallares, e purificar as que já temos dos elementos de bastardia que as conspurcam. Precisamos de crear uma raça de grosso e ligeiro tiro, accomodada ás recentes exigencias da viação aperfeiçoada e dos trens de luxo; assim como necessitamos de reconstruir uma raça mais agila, que se preste convenientemente ao serviço civil e militar. Estabelecimentos d'esta ordem só o braço do governo os pôde levantar, reger e conservar.

Exporrei agora as rasões que me convencem da necessidade de outros estabelecimentos, que á falta de nome mais appropriado, chamarei *potris*, e que eu julgo complementares do systema de caudalarias que proponho. Crear-se-hão n'elles os potros produzidos nas caudalarias do governo, e os que este comprar para a remonta do exercito aos particulares, os quaes tambem poderão ali crear os seus potros mediante uma justa retribuição.

Está demonstrado que as localidades, adaptadas para a produção cavallar, não são as mais bem dispostas para a sua criação. É difficil encontrar reunidas todas as condições favoraveis para as eguas, em função de produção, e para os potros, que têm de percorrer os diversos periodos do seu desenvolvimento organico. A criação dos potros demanda uma alimentação, cujos principios forneçam prouincemente, tanto os elementos constituintes da sua compleição physica, como os das suas, dignas assim, qualidades moraes.

Mas a fundação dos potris não envolve sômente

uma questão hippologica, pois que tambem representa a satisfação de uma necessidade real. Entre nós, como patenteia a nota que transcrevemos, occupa o primeiro lugar, não a grande, porém a pequena industria da criação cavallar. Ha muitos que, por utilidade do proprio serviço, por gosto ou luxo, têm uma egua de creação, apta para este effeito, e para ella possuem o necessario, e ainda para a cria, em quanto é de leite. Todavia, desde que o poldro se desmama, faltam-lhes os meios de o conservar em seu poder. É por este motivo, que o nascimento de um poldro se reputa ás vezes uma calamidade para o dono da egua.

Quando isto é assim, bem se vê que o estabelecimento dos potris é de grande conveniencia, e de reconhecida necessidade. Examinemos porém as condições com que devem fundar-se, e como se hão de vencer as difficuldades, que sempre encontram nas novas instituições.

Os potris deverão situar-se nos diferentes pontos do paiz, que mais idoneos para esse fim se julgarem, tendo em vista, que o aproveitamento das condições especiaes da localidade satisfazá completamente ás exigencias da criação dos potros. N'esta conformidade terá o governo de arrendar, a longo praso, terrenos particulares ou municipaes. Poderá tambem o governo contratar a sustentação dos potros. Qualquer destes systemas produzirá, segundo a differença dos logares, os resultados que se pretendem obter.

Esta função industrial, exercida pelo governo, não affronta de certo a industria particular, porque esta não existe, e longe de offender os interesses individuaes dos creadores, antes os fomenta, proporcionando-lhes um consumo certo, quando lhes convenha vende-los ao governo, ou uma criação vantajosa, quando mais lhes agrade colloca-los por sua conta nos potris do estado.

O governo, terá, como se deprehende do que acabo de expor, a obrigação de comprar os poldros, desde a ablação até aos tres annos, não a todos os creadores, nem de todas as eguas, mas sim aos creadores, que os possuem com determinadas condições, produzidos pelas eguas inscriptas nos livros do recenseamento, e beneficiadas pelos cavallos, estacionados para esse effeito nos postos de cobrição.

Não é uma verdadeira despesa este encargo, que se impõe ao governo, e que não passa de um adiantamento, porém se o fosse não deixaria de ser uma despesa assaz productiva, actuando constantemente sobre o melhoramento da industria equina, com reconhecido proveito do serviço das remontas do exercito, e do bem geral do paiz.

Deter-me-hei, ponderando a questão da despesa, que é sempre seria, em uma nação, que vive de empréstimos. Eu creio que ha uma distincção essencial nas duas operações de *gastar*, e *empregar dinheiro*. Nas circumstancias do thesouro publico, devemos ser minimeamente cautelosos, e até avaros, nas despesas, quando os capitales, que ellas absorvem, se não reproduzem. Mas não assim nas despesas, que multiplicam os capitales. N'estas é indispensavel abrir largamente as mãos. Para augmentar a receita, cumpre augmentar primeiro a despesa. Restringir-se ás despesas productivas, e ver-se-ha como seccam as fontes da riqueza publica.

Acredito que ninguém negará a sua approvação a este projecto, porque a sua execução demanda alguns contos de réis. Se a medida é inútil, ou inconveniente, combata-se debaixo de qualquer d'estas relações, com a franqueza, e lealdade, com que eu a proponho, e sustento; porém não se diga, que temos falta de meios para a fazer vigorar. Esperamos ao menos, que certos zeladores da bolsa dos contribuintes se não apresentem d'esta vez, porque terão de justificar diversas verbas, que por ali se consomem, sabe Deus em que!

A somma que julgo necessaria para organizar este ramo de serviço, sem lhe dar fórmas grandiosas, antes compondo-o com ellas bem modestas, regula approximadamente por 43:000\$000 réis, como se vê da respectiva tabella. Todavia, cumpre observar que a totalidade d'esta verba não representa um novo encargo para o thesouro. Parte d'ella já está votada no orçamento com applicação analogá, e o resto transforma-se em valores de outra especie. A despesa propriamente dita é muito diminuta. Vejamos.

No orçamento figura a verba de 6:000\$000 réis para compra de animaes reproductores. Ora, está claro, que votada esta verba implicitamente se acha decretada toda a que é necessaria para a sustentação dos animaes comprados, porque seria absurda a autorisação para comprar animaes, que morressem de fome. No orçamento do ministerio da guerra está inscripta a verba de 20:000\$000 réis, destinada ás remontas do exercito. Metado d'esta verba deve applicar-se á compra dos potros, que terão de crear-se nos potris, encontrando-se depois esta quantia (10:000\$000 réis) ao dito ministerio, quando dos potris saírem os cavallos para o exercito.

Em resumo:

O governo dispende actualmente:	
Compra de animaes reproductores. . . . .	6:000\$000
Administração, tratamento e sustentação d'estes. . . . .	5:000\$000
Metade da verba que está votada para as remontas no ministerio da guerra	10:000\$000
	21:000\$000

Parece que o governo terá pois de dispendir



N.º 1

**Recenseamento das egas fantis, mandado fazer no continente do reino,  
segundo a circular de 6 de abril de 1859**

PROVINCIAS	DISTRITOS	CONCELHOS	SOMMAS										
			POR CONCELHOS			POR DISTRITOS							
			EGUAS										
			Menores de marca	De marca	Total	Menores de marca	De marca	Total					
Algarve	Faro	Albufeira	84	—	84	441	175	616					
		Alcoutim	13	1	14								
		Castro Marim	26	15	41								
		Faro	32	31	63								
		Lagoa	1	2	3								
		Lagos	128	11	139								
		Loulé	42	4	46								
		Monchique	—	—	—								
		Olhão	13	6	19								
		Silves	22	10	32								
		Tavira	54	64	118								
		Villa Nova de Portimão	2	5	7								
		Villa Real de Santo Antonio	24	26	50								
		Aljustrel	21	3	24								
		Almodovar	15	3	18								
Beja	Beja	Alvito	39	23	43	605	445	1050					
		Beja	41	33	74								
		Castro Verde	34	17	51								
		Cuba	13	54	67								
		Ferreira	10	12	22								
		Mértola	22	19	41								
		Moura	106	88	194								
		Odemira	165	48	213								
		Ourique	31	40	71								
		Serpa	75	91	166								
		Vidigueira	14	2	16								
		Barrancos	38	12	50								
		Alandroal	136	42	178								
		Arraiolos	50	40	90								
		Alemtejo	Evora	Borba	16				8	24	901	517	1418
Estremoz	62			20	82								
Evora	311			225	536								
Monte-mór o Novo	133			29	162								
Portel	26			9	35								
Redondo	43			35	78								
Reguengos	61			41	102								
Viana	28			49	77								
Villa Viçosa	35			19	54								
Alter do Chão	88			92	180								
Arronches	54			62	116								
Aviz	39			16	55								
Campo Maior	38			49	87								
Castello de Vide	38			26	64								
Portalegre	Portalegre			Crato	38	30	68	857	910	1767			
		Elvas	258	296	554								
		Fronteira	73	186	259								
		Gavião	8	4	12								
		Marvão	37	17	54								
		Monforte	58	45	93								
		Niza	62	38	100								
		Ponte de Sor	11	1	12								
		Portalegre	49	48	97								
		Alcobaça	60	35	95								
		Batalha	5	4	9								
		Leiria	41	23	64								
		Pombal	12	4	16								
		Leiria	Leiria	Alvaiázere	—	—	—				173	114	287
				Ancão	—	—	—						
Caldas da Rainha	6			1	7								
Figueiró dos Vinhos	—			—	—								
Obidos	39			23	62								
Pedregão Grande	—			—	—								
Peniche	10			24	34								
Porto de Moz	—			—	—								
Alcochete	75			81	156								
Aldeia Gallega do Ribatejo	21			5	26								
Alenquer	82			22	104								
Almada	1			5	6								
Arruda	—			1	1								
Azambuja	297			123	420								
Estremadura	Lisboa			Barreiro	2	1	3	1:273	620	1:893			
		Belem	—	—	—								
		Cadaval	17	5	22								
		Cascaes	—	—	—								
		Cezimbra	5	1	6								
		Cintra	74	29	103								
		Lisboa	—	—	—								
		Lourinhã	20	6	26								
		Mafra	23	5	28								
		Oeiras	—	—	—								
		Oliveas	7	4	11								
		Seslhal	—	—	—								
		Setúbal	40	14	54								
		Torres Vedras	7	1	8								
		Santarem	Santarem	Villa Franca de Xira	381	206	587				497	201	698
Alcacer do Sal	139			56	195								
Grandola	—			—	—								
Sant'Iago do Cacem	82			55	137								
Abrantes	28			11	39								
Alneirim	97			11	108								
Benavente	292			141	433								
Cartaxo	15			—	15								
Chamusca	—			4	4								
Constancia	—			—	—								
Coruche	—			—	—								
Ferreira	18			5	23								
Golegã	31			25	56								
Macão	—			—	—								
Aveiro	Aveiro			Rio Maior	1	1	2	910	426	1:336			
		Santarem	—	—	—								
		Sardão	1	1	2								
		Thomar	2	—	2								
		Torres Novas	—	—	—								
		Villa Nova da Barquinha	—	—	—								
		Villa Nova de Ourem	12	2	14								
		Agueda	83	36	119								
		Albergaria	71	21	92								
		Anadia	173	89	262								
		Arouca	17	8	25								
		Aveiro	103	30	133								
		Castello de Paiva	—	—	—								
		Estarreja	154	106	260								
		Feira	43	8	51								
Ilhavo	17	23	40										
Maceira de Cambra	76	17	93										
Castello Branco	Castello Branco	Mealhada	4	3	7	257	151	408					
		Oliveira de Azemeis	39	17	56								
		Oliveira do Bairro	56	25	81								
		Ovar	39	24	63								
		Sever	12	1	13								
		Vagos	23	18	41								
		Belmonte	19	7	26								
		Castello Branco	22	19	41								
		Certã	—	—	—								
		Covilhã	39	20	59								
		Fundão	39	20	59								
		Idanha a Nova	106	59	165								
		Oleiros	4	4	8								
		Penamacor	12	1	13								
		Beira	Coimbra	Proença a Nova	2				1	3	570	225	795
S. Vicente da Beira	11			10	21								
Villa do Rei	—			—	—								
Villa Velha do Rodão	1			2	3								
Alvares	—			—	—								
Arganil	5			4	9								
Avô	—			—	—								
Cantanhede	37			10	47								
Coimbra	87			31	118								
Condeixa	59			28	87								
Fajão	—			—	—								
Figueira da Foz	115			28	143								
Goes	3			3	6								
Louzã	1			9	10								
Guarda	Guarda			Mira	27	14	41	504	346	850			
		Miranda do Corvo	—	—	—								
		Monte-mór o Velho	71	45	116								
		Oliveira do Hospital	16	2	18								
		Pampilhosa	3	—	3								
		Penacova	20	20	40								
		Penella	5	6	11								
		Poiãres	6	1	7								
		Soure	119	14	133								
		Tabua	16	10	26								
		Aguiar da Beira	63	21	84								
		Almeida	37	17	54								
		Ceia	—	—	—								
		Celorigo	37	15	52								
		Figueira	48	39	87								

PROVINCIAS	DISTRICTOS	CONCELHOS	SOMMAS							
			POR CONCELHOS			POR DISTRICTOS				
			EGUAS							
			Menores de marca	De marca	Total	Menores de marca	De marca	Total		
Beira	Vizeu	Transporte	-	-	-	6:988	4:130	11:118		
		Armamar	-	-	-	-	-	-		
		Lamego	3	1	4	-	-	-		
		Moimenta da Beira	8	1	9	-	-	-		
		Mondim	1	2	3	-	-	-		
		Pesqueira (S. João)	6	5	11	-	-	-		
		Penedono	10	-	10	-	-	-		
		Rezende	4	2	6	-	-	-		
		Sernancelhe	5	4	9	-	-	-		
		Sinfães	39	1	40	-	-	-		
		Taboão	4	2	6	-	-	-		
		Tarouca	-	-	-	-	-	-		
		Carregal	6	4	10	-	-	-		
		S. João das Arcas	1	1	2	-	-	-		
		Mangualde	25	20	45	349	136	485		
		Nelas	8	2	10	-	-	-		
		Oliveira de Frades	11	1	12	-	-	-		
		S. Pedro do Sul	135	47	182	-	-	-		
		Penalva do Castelo	20	5	25	-	-	-		
		Satão	16	6	22	-	-	-		
		Tondella	25	18	43	-	-	-		
		Vizeu	1	7	8	-	-	-		
		Vouzella	4	1	5	-	-	-		
		Castro Daire	11	2	13	-	-	-		
		Fragoas	6	2	8	-	-	-		
		Santa Comba-Dão	-	-	-	-	-	-		
		Mortagua	-	-	-	-	-	-		
		Braga	Braga	Amares	4	1	5	-	-	-
				Barcellos	10	1	11	-	-	-
				Braga	11	5	16	-	-	-
				Cabeceiras de Basto	23	3	26	-	-	-
				Celorico de Basto	24	7	31	-	-	-
				Espozende	25	5	30	-	-	-
				Fafe	21	5	26	176	36	212
				Guimarães	3	2	5	-	-	-
Povoa de Lanhoso	2			1	3	-	-	-		
Terras do Bouro	13			2	15	-	-	-		
Vieira	11			2	13	-	-	-		
Villa Nova de Famalicão	4			1	5	-	-	-		
Villa Verde	25			1	26	-	-	-		
Minho	Porto			Amarante	18	13	31	-	-	-
				Baião	38	8	46	-	-	-
		Bouças	20	3	23	-	-	-		
		Pesqueiras	23	3	26	-	-	-		
		Gaia	64	12	76	-	-	-		
		Gondomar	30	17	47	-	-	-		
		Lousada	10	4	14	-	-	-		
		Maia	40	11	51	-	-	-		
		Marco de Canavezes	24	25	49	427	182	609		
		Paços de Ferreira	4	7	11	-	-	-		
		Paranhos	16	7	23	-	-	-		
		Penafiel	41	6	47	-	-	-		
		Porto	-	1	1	-	-	-		
		Povoa de Varzim	9	7	16	-	-	-		
		S. Thyrsó	19	4	23	-	-	-		
Vallongo	-	-	-	-	-	-				
Villa do Conde	71	48	119	-	-	-				
Vianna do Castelo	Vianna do Castelo	Arcos de Valle de Vez	97	30	127	-	-	-		
		Caminha	27	11	38	-	-	-		
		Coura	18	1	19	-	-	-		
		Melgaço	18	28	46	-	-	-		
		Monção	36	15	51	-	-	-		
		Ponte da Barca	45	5	50	397	124	521		
		Ponte do Lima	93	13	106	-	-	-		
		Valença	18	4	22	-	-	-		
		Vianna do Castelo	16	7	23	-	-	-		
		Villa Nova da Cerveira	29	10	39	-	-	-		
Bragança	Bragança	Alfandega da Fé	66	44	110	-	-	-		
		Bragança	101	77	178	-	-	-		
		Carrazeda	12	-	12	-	-	-		
		Freixo	19	2	21	-	-	-		
		Macedo	-	-	-	-	-	-		
		Miranda	66	24	90	-	-	-		
		Mirandella	15	24	39	692	439	1131		
		Mogadouro	145	67	212	-	-	-		
Traz os Montes	Vila Real	Moncorvo	50	39	89	-	-	-		
		Villa Flor	-	-	-	-	-	-		
		Vimioso	54	32	86	-	-	-		
		Vinhães	164	130	294	-	-	-		
		Alijó	57	5	62	-	-	-		
		Boticas	38	18	56	-	-	-		
		Chaves	41	29	70	-	-	-		
		Penaguião	33	6	39	-	-	-		
		Mesão Frio	16	1	17	-	-	-		
		Mondim de Basto	17	-	17	-	-	-		
		Mont'Algre	187	124	311	481	245	726		
		Murça	7	1	8	-	-	-		
Pousa da Regua	4	3	7	-	-	-				
Ribeira de Pena	16	30	46	-	-	-				
Sabrosa	9	7	16	-	-	-				
Val Passos	29	10	39	-	-	-				
Villa Pouca de Aguiar	17	4	21	-	-	-				
Vila Real	10	7	17	-	-	-				
						9:510	5:292	14:802		



Nota da importação e exportação de gado cavallar, muar e asinino, nos seguintes annos

ANNOS	ALFANDEGAS	ESPECIES					
		CAVALLAR		MUAR		ASININO	
		IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO
		Nº de cabeças	Nº de cabeças	Nº de cabeças	Nº de cabeças	Nº de cabeças	Nº de cabeças
1848	Dos portos secos...	96	5:358.400	188	3:739.370	5	322.600
	Ditas maritimas...	13	2:124.000	3	220.000	—	—
	Total .....	109	7:482.400	191	3:959.370	5	322.600
1851	Dos portos secos...	285	16:553.400	185	4:505.800	83	4:971.000
	Ditas maritimas...	81	8:590.000	2	120.000	—	—
	Total .....	366	25:143.400	187	4:625.800	83	4:971.000
1855	Dos portos secos...	617	26:685.000	334	11:799.600	250	18:048.800
	Ditas maritimas...	84	9:722.000	4	630.000	—	—
	Total .....	701	36:407.000	338	12:429.600	250	18:048.800

## RESUMO

ESPECIES	IMPORTAÇÃO			ESPECIES	EXPORTAÇÃO		
	NÚMERO DE CABEÇAS	RÉIS	PREÇO MÉDIO POR CABEÇA		NÚMERO DE CABEÇAS	RÉIS	PREÇO MÉDIO POR CABEÇA
Cavallar .....	1:176	69:032.800	58.8700	Cavallar .....	716	21:015.200	29.3388
Muar .....	138	23:341.800	69.057	Muar .....	1:722	54:906.800	81.5537
Asinino .....	542	6:286.020	11.5597	Asinino .....	645	4:744.590	7.3555
	2:056	98:660.620			3:083	80:666.590	

## NOTÍCIAS DO REINO

## CONTINENTE

**Mirandella.**—Em data de 11 do corrente escrevem d'esta villa ao *Nacional* o seguinte sobre a abertura da estação telegraphica n'aquella localidade: «Hontem abriu-se a estação do telegrapho electrico estabelecida n'esta villa. Foi na verdade um dia de grande regozijo para os seus habitantes. A camara municipal e o administrador do concelho, tendo convidado todas as autoridades, empregados publicos, e pessoas particulares, se reuniram todos nos paços do concelho, e d'ali saíram em direcção á casa da estação, acompanhados pela banda municipal d'esta villa.

As sete horas e meia abriu-se effectivamente a communicação telegraphica, subindo por esta occasião ao ar muito fogo de artificio, e tocando constantemente a musica junto á casa da estação, não de se achava reunido um grande concurso de povo, e felicitando-se mutuamente por gosarem de um tal melhoramento, para o qual muito concorrer a camara municipal d'este concelho, e reconhecido zelo do administrador; aquella, pelo avultado offerecimento que fez de mandar abrir á custa do municipio as covas para a collocação dos postes em toda a linha dentro d'este concelho, e mandando fazer os carretos dos mesmos, promptificando tambem a casa para estação; e este, pela actividade que desenvolveu para a prompta execução d'este offerecimento.»

## NOTÍCIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 14 do corrente, e de Paris até 12.

Os jornaes hespanhoes publicam os seguintes DESPACHOS TELEGRAPHICOS

**Despachos dados pelo jornal *El Horizonte*:**

**Turim, 12 de maio.**—Continua a baixa dos fundos, porque não obstante serem as eleições favoraveis ao governo, a expedição de Garibaldi preoccupa muito os espiritos. Suppõe-se que elle partiu para a Calabria, onde se espera que rebente uma insurreição.

Em Palermo e Messina ha falta de viveres. O governo organisou um serviço de vapores para abastecer essas praças.

Nos arrabaldes de Trapani desembarcaram alguns revoltosos.

Napoles está em socego, porém continua a desconfiança, e por isso têm emigrado algumas familias.

**Londres, 12.**—Na camara tiveram lugar diferentes interpellações. A primeira versou sobre o estado das relações entre a Inglaterra e a America central. A segunda foi relativa á situação dos protestantes na Turquia. Um dos ministros respondeu que o sultão os protegia, e que a Inglaterra tambem velava por elles.

A terceira interpellação foi relativa aos insultos feitos pelos francezes aos inglezes na Terra Nova. Um membro do gabinete disse que nutria a esperança de que as negociações relativas ás pescarias terminariam as questões pendentes de uma maneira satisfactoria.

Lord John Russell declarou tambem que havia manifestado ao governo francez o desejo de que Chablais e Faucigny não fossem occupadas por tropas francezas, em quanto a diplomacia não resolvesse esta questão; porém que nenhuma esperança tinha de que o seu pedido fosse attendido.

**Paris, 12.**—O jornal *Courrier du Dimanche* diz que mr. Thouvenel dirigiu uma nota á Sardenha, na qual pede explicações relativamente á expedição de Garibaldi. Se a Inglaterra influir n'esse movimento, crê-se que a França e a Austria tratarão de neutralisar os seus esforços.

Dizem as correspondências de Berlin que a camara approvará os creditos extraordinarios para manter o exercito em pé de guerra, durante um anno.

**Paris, 14.**—O *Moniteur de la Flotte* diz que as esquadras do Mediterraneo receberam ordem para fazerem os seus preparativos de viagem. Suppõe-se que vão cruzar nos mares do Levante, attenta a agitação politica e religiosa que ultimamente começou a reinar no Oriente.

A *Patrie* diz ser inexacto o boato de que os russos passariam o Pruth. O que é certo é que 50.000 russos se concentraram nas provincias meridionaes: alem d'este não ha noticia de nenhum outro movimento.

**Napoles, 14.**—Um dos navios pertencentes á expedição de Garibaldi foi mettido a pique, e outro apresado pelas forças do governo de Napoles. O encontro teve lugar perto de Marsala. Não se sabe o que foi feito de Garibaldi.

—Despachos dados pela *Correspondencia de Espana*:

**Londres, 11 de maio.**—A esquadra ingleza conserva-se ainda entre Malta e Sicilia.

O principe de Gales aceitou a patente de coronel do corpo de voluntarios civis.

O *Morning Post* publica um despacho telegraphico, declarando falsos os boatos de que a França pedira explicações á Prussia, por causa das suas medidas militares e orçamento da guerra.

**Berlin, 11.**—O *Jornal de Dresden*, fallando da questão suissa, diz, n'uma correspondencia de Vienna, o seguinte: «Como a França parece estar resolvida a não fazer concessão alguma á Suissa, se a conferencia se reunir, a politica franceza alcançará um novo triumpho. As insignificantes concessões que a França está resolvida a fazer podem alcançarse por via diplomatica; todavia se a Inglaterra entender que se torna necessaria a reunião da con-

ferencia, a Austria tomará parte n'ella, assim como as outras potencias.

**Paris, 11.**—O conde Derby declarou na camara, que não approva o tratado de commercio com a França. O gabinete francez alcançou do de Turim a promessa de que, no dia em que os francezes se retirarem de Roma, se não opporá a que os napolitanos guarneçam a cidade santa, com tanto que não tentem conquistar as Legações.

Dizem as correspondências de Washington que a convenção de Charlestown não tinha ainda designado presidente algum: todavia as probabilidades eram a favor de Douglas.

A questão italiana preoccupa muito os animos, contribuindo para que tenham baixado os fundos.

**Genova, 13.**—As noticias de Napoles alcançam até 9. Cansou alguma agitação a saída de um navio, que leva a bordo tropas.

As notas dos bancos de Palermo e Messina não tinham circulação em Napoles.

**Turim, 12.**—Espalhou-se o boato de que parte da expedição de Garibaldi desembarcou nas Romanias.

**Paris, 13.**—A *Patrie* diz que o coronel Medicis está organisando em Genova uma segunda expedição; que o entusiasmo a favor dos expedicionarios é o maior possivel, e que já se alistaram 6.000 voluntarios.

Crê-se que os protestos energicos da diplomacia influirão para que os expedicionarios não partam para as Romanias.

## HESPAÑIA

As forças procedentes da Africa que entram em Madrid, a 11 do corrente, compõem-se, diz o jornal *El Dia*, dos regimentos, cujos titulos damos em seguida, com uma noticia exacta das acções em que tomaram parte, e das perdas que soffreram:

Regimento de infantaria de Zamora, 2 batalhões.—Entrou nas acções dos dias 17, 20 e 25 de dezembro, 31 de janeiro, 4 de fevereiro e 23 de março. Perdeu 77 homens.

Idem de Bourbon, n.º 17, 2 batalhões.—Entrou nas acções dos dias 25 e 30 de novembro, 11 e 23 de março. As suas perdas elevaram-se a 200 homens.

Idem de Almansa, 1 batalhão.—Tomou parte nas acções de 17 e 22 de dezembro e 4 de fevereiro. Perdeu 2 officiaes e 30 soldados.

Idem de Navarra, 1 batalhão.—Tomou parte nas acções de 9 de dezembro, 1 de janeiro, 4 de fevereiro, e 23 de março. As suas perdas foram de um chefe morto e 2 feridos, e 7 officiaes. Soldados, entre mortos e feridos, 290.

Idem de Toledo, 2 batalhões.—Tomou parte nas acções de 8 e 10 de janeiro, 4 de fevereiro e 23 de março. Perdeu 23 officiaes e 293 soldados.

Caçadores de Madrid, n.º 2.—Entrou nas acções de 25 de novembro, 15 de dezembro, 11 e 23 de março. Perdeu 3 chefes, 17 officiaes e 299 soldados.

Caçadores de Barcelona, n.º 3.—Entrou nas acções de 25 e 29 de dezembro, 10 de janeiro e 4 de fevereiro. Perdeu 4 officiaes e 58 soldados.

Idem de Barbastro, n.º 4.—Entrou nas acções de 24 e 30 de novembro, 20 de dezembro, 11 e 23 de março. Perdeu 1 chefe, 5 officiaes e 63 soldados.

Idem de Chiclana, n.º 7.—Entrou nas acções de 9 de dezembro, 1 e 15 de janeiro, 4 de fevereiro, e 23 de março. Perdeu 2 chefes, 22 officiaes, e 294 soldados.

Baza, n.º 12.—Entrou nas acções de 17, 20, 25 e 30 de dezembro, 14, 23 e 31 de janeiro, 4 de fevereiro, e 23 de março. Perdeu 2 chefes, 19 officiaes e 214 soldados.

Navas, n.º 14.—Entrou nas acções de 30 de novembro, 16 e 21 de dezembro. Perdeu 140 homens, entre officiaes e soldados.

Vergara, n.º 15.—Entrou nas acções de 12 e 29 de dezembro, 1 de janeiro, e nas batalhas que se deram em frente de Tetuão, e na do valle de Gualdras. Perdeu 207 homens, entre officiaes e soldados.

Artilheria.—Quanto ao batalhão de artilheria do terceiro regimento e do regimento de artilheria a cavallo, não podemos dizer precisamente as acções em que tomaram parte, nem as perdas que soffreram no campo de batalha, porém são de todos bem conhecidos os relevantes serviços que estes corpos prestaram ao seu país durante toda a campanha.

Regimento de engenheiros, 2.º batalhão.—Tomou parte, entre outras, nas acções dos dias 25 de novembro, 4 de fevereiro, 11 e 23 de março. Perdeu 2 officiaes e 34 soldados, entre mortos e feridos.

Cavallaria.—Como está ainda em marcha a brigada de couraçados, que pertence ao exercito de Africa, e a qual só chegará a Madrid no dia 24 ou 25 do corrente; a cavallaria só foi representada, na entrada official das tropas, por quatro esquadras dos mesmos regimentos de couraçados, sem couraçados, porque é sabido que essa brigada as deixou no deposito, e fez a campanha sem outro armamento alem da espada.

(*El Dia*.)

—Trinta e dois officiaes, diz a *Correspondencia de Espana*, occupavam os quinze coches reaes, destinados para a condução dos feridos. Entre estes notavam-se officiaes de todas as armas, pois até a guarda civil contribuiu com o seu tributo de sangue na pessoa de um tenente do corpo. Em um dos coches ia o bravo commandante de couraçados, de origem polaca, sr. Moraski, que na acção de 31 de janeiro recebeu quarenta ferimentos de arma branca.

## NAPOLES

Que Garibaldi partiu para a Sicilia é um facto que parece incontestavel; que elle chegou são e salvo ao termo da sua viagem é o boato que se começa a espalhar; porém continua a discussão sobre as forças que fazem parte d'essa expedição. «É fóra de duvida, diz o *Morning Post*, que Garibaldi saiu

de Genova com 3.000 homens.» Outros jornaes publicam diferentes promeiores relativos ás tropas, peças de artilheria, e navios da expedição. Segundo estes, Garibaldi saiu de Genova com tres navios; um quarto navio devia partir de Lione, a fim de ir ao seu encontro; e tres outros, que partiram de pontos diferentes, devem igualmente fazer parte da expedição.

Segundo affirmam os mesmos jornaes, as tropas vão munidas do necessario para emprenderem uma guerra séria, como se fosse um exercito regular.

Quanto ao que se passa na Sicilia, é muito difficil sabe-lo: todavia as ultimas noticias são mais favoraveis á insurreição. Em Palermo não se acha ainda restabelecida a tranquillidade, e em Messina nota-se a maior agitação. O interior da ilha continua em poder dos revoltosos, e o *Morning-Post* diz ter recebido um despacho de Cefalú, a quinze milhas de Palermo, com a noticia de que os revoltosos têm sido por vezes inutilmente atacados pelas tropas reaes. Resta saber se estas noticias se confirmam.

(La Presse.)

## NOTÍCIAS SCIENTIFICAS

## OBSERVATORIO METEOROLOGICO DO IMPERIO D. LUIZ NA ESCOLA POLYTECHNICA

MAIO—16	BAROMETRO (PRESSÃO)	TERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
	Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m.	760,68	17,9	57,2	NNE.
3 t.	759,09	20,4	42,4	NNO.

DIA 15.		
Maxima—temperatura .....	21.8 C.	
Minima .....	12.5	
(de noite) .....	8.0	
Ozone .....	5.0	
Chuva (ulometro) .....	0.0 Mil.	
Evaporação (vaporimetro) .....	4.0	
Altura barometrica correcta.		
Altitude do barometro 93,1 metros.		
Temperatura á sombra.		

## NOTÍCIAS COMMERCIAES

## VINHOS

No *Commercio do Porto*, de 14 do corrente, encontram-se as seguintes noticias acerca do nosso commercio de vinhos em Inglaterra:

«Segundo as noticias que hoje se receberam de Londres, pelo paquete, com data de 5 do corrente, n'este mercado nenhuma mudança havia digna de mencionarse. Continuava a haver procura para os nossos vinhos da novidade de 1858, regulando os seus preços de 38 a 52 libras por pipa, conforme a qualidade. O consumo dos vinhos do Cabo tinha diminuido consideravelmente, com especialidade o dos vinhos brancos que difficilmente achavam compradores.

«O chanceller do exchequer (ministro da fazenda), respondendo a uma pergunta de lord Henry Thynne sobre se havia algum fundamento nos boatos que circulavam de que a final redução de direitos sobre vinhos teria lugar em agosto ou setembro, disse que estava resolvido a persistir na sua original proposta e portanto a redução de 3 shillings para 1 shilling por galão só começaria a vigorar no 1.º dia de janeiro de 1861. Isto deixa ver que o movimento n'este importante ramo de vinhos é questão de algum tempo; os consumidores sómente despatcham o que precisam para occorrer ás necessidades diarias do consumo.»

## MOVIMENTO MARITIMO

## BARRA DE LISBOA

Dia 16 de maio

## EMBARCAÇÕES ENTRADAS

**Petrobeys**, vapor inglez, capitão A. Davidson, de Galatz em 22 dias, de Constantinopla em 15, de Malta em 9, e de Gibraltar em 2, com trigo e mais generos a G. A. Hancock & C.º; 29 pessoas de tripulação, 1 mala e 1 passageiro; que é J. Tugth, negociante, inglez. Destina-se para Londres, e vem aqui receber carvão. Entrou e deu fundo hontem ás 9 horas da noite.

**Fernando**, lugre portuguez, capitão D. V. dos Santos, de Bissau em 23 dias, e do Canal em 3, com mendobi e mais generos a J. B. Burnay; 12 pessoas de tripulação e 1 mala. Entrou e deu fundo hontem ás 11 horas da noite.

**Senhor do Nascimento**, cahique portuguez, mestre M. Antonio, de Villa Real de Santo Antonio em 14 dias, com peixe salgado; 15 pessoas de tripulação.

**Saudade**, bateira, mestre M. O. Lirio, de Setubal em 24 horas, com vinho; 7 pessoas de tripulação.

**Senhor dos Passos**, hiate portuguez, mestre A. Tavares, de Setubal em 2 dias, com carvão; 7 pessoas de tripulação.

**Ernestine**, escuna dinamarqueza, capitão R. Raahauge, de Kiel em 29 dias, com trigo a O. Herold & C.º; 8 pessoas de tripulação.

**EMBARCAÇÕES SAÍDAS**

**Cruz 3.º**, hiate portuguez, mestre A. S. Amaro, para Setubal, em lastro; 9 pessoas de tripulação.

**Fayalense**, patacho portuguez, capitão J. V. Pereira, para Hamburgo, com sal, urzella, e mais generos; 10 pessoas de tripulação.

**Briso**, hiate portuguez, mestre A. J. de Mello Junior, para Villa Real de Santo Antonio, com fazendas e madeira; 7 pessoas de tripulação.

**Assumpção**, rasca, mestre F. D. Franco Junior, para a ilha da Madeira, com trigo; 10 pessoas de tripulação.

**Marie de Brabant**, paquete belga a vapor, capitão J. F. Viévental, para Cork, com trigo; 30 pessoas de tripulação.

**Sphynx**, barca dinamarqueza, capitão J. Putte, para Fredrickham, com sal; 10 pessoas de tripulação e 1 passageiro: F. Lissen, negociante dinamarquez.

**Visconde de Athouia**, paquete portuguez a vapor, capitão M. G. Xavier, para a ilha da Madeira, com trigo e encomendas; 26 pessoas de tripulação, e 13 passageiros.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 16 de maio de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão tenente, commandante.

## TELEGRAPHIA ELECTRICA

## BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL

EM 14 DE MAIO DE 1860

## Serviço das barras

Da foz do Douro, do dia 12

Entrou o vapor *Ingles Iheria*, de Londres em 5 dias.—Não saiu embarcação alguma.

Fôra da barra ficam os hiates *Protector*, *Valente Segundo*, e um brigue.

O mar está um tanto agitado.—O vento esteve S. e SO. regulares, agora O. brando.

Do dia 13

Entrou o hiate portuguez *Valente 2.º*, de Setubal em 5 dias.

Saídas—Cahique portuguez *Senhora das Necessidades*, para Caminha; brigue *Ingles William* and

*John*, para Londres; patacho brenez *Palme*, para Copenhagen.

Fôra da barra ficam, hiate *Protector*, e uma barca, portuguezes, uma barca e uma escuna.

O mar está um tanto agitado.—O vento esteve S., agora SO., regulares.

De Vianna do Castello, do dia 12

Entrou o hiate *Restaurado*.

Não saiu embarcação alguma.

De Caminha, do dia 12

Entradas—Portuguezes, hiates *Flor de Caminha* e *Novo Pinheiro*, de Malaga, em lastro; *Alleluia*, de S. Martinho, com pedra de cal; *S. Jorge*, de Lisboa, com fazendas.

Mar agitado.—Vento SO.

Do dia 13

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar agitado.

De Villa do Conde, do dia 11

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar bom.—Vento SO.

De Aveiro, do dia 12

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Algum mar na barra.

Do dia 13

Entrou a rasca portugueza *Salineira*, do Porto em 4 dias, com gesso.

Sonda dentro da barra no praiamar, ás 9 horas e 45' da manhã, 14 palmos.

Mar agitado.—Vento SO.

Hontem 12, entrou a rasca portugueza *Moreira*, vinda do Porto em 3 dias, em lastro.

Da Figueira, do dia 12

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

O mar está agitado.—O vento O. e ONO. regular.

Do dia 13

Entradas—Hiate portuguez *S. José*, de Lagos, com pescaria; rasca *Conceição Estrella*, de Lisboa, com varios generos; cahiques, *Jesus* e *Gloria*, e *Jesus Maria José*, ambos de Cezimbra, com pescaria.

Não saiu embarcação alguma, nem se avista.

O mar um tanto agitado.—Vento OSO. regular.

Da Ericeira, do dia 12

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar agitado.—Vento O.

Do dia 13

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar bom, tempo claro.—Vento OSO.

De Setubal, do dia 12

Entradas—Brigue dinamarquez *Christine de Bergen*, em lastro; succos, barca *Sophie*, de Lisboa, em lastro; brigue *Gottfrid*, de Lisboa, em lastro; portuguezes, patacho *Maria Camilla*, de Lisboa, em lastro; hiate *Senhora da Conceição*, de Lisboa, com cereaes, arribado.

Saídas—Brigue norueguez *Aglaya*, para Stavanger, com sal; hiate portuguez *Oliveira 3.º*, para Hamburgo, com sal.

Vento ONO. bonançoso.

Do dia 13

Não entrou embarcação alguma.

Saídas—Escuna hespanhola *S. Miguel*, para Santander.—Brigue prussiano *Koniglein Elisabeth*, para Londres, com sal.—Brigue Norueguez *Alvoen*, para Bergen, com sal.—Portuguezes, patacho *Mathilde*, para a ilha da Madeira, com sal; hiates, *Senhor dos Passos*, para Lisboa, com carvão; *Senhora da Conceição*, para Villa Nova de Milfontes, com cereaes; e *S. João Baptista*, para Villa do Conde, com sal.

Vento ONO.

De Faro, do dia 12

Entrou o cahique de guerra *Mindello*, de cruzar.

Saiu o falucho hespanhol *Benção de Deus*, para Ayamonte, com ovos.

Hontem ao sol posto saiu o vapor de guerra portuguez *Argus*, para o cruzeiro.

Tempo claro.—Vento SO.

Do dia 13

As 8 horas entrou o vapor *D. Luiz*, e saiu ás 10 para Lisboa e mais portos de sua escala.

Tempo claro.—Vento NO.

De Villa Real de Santo Antonio, do dia 12

Entrou o vapor de guerra portuguez *Argus*.

Não saiu nem se avista embarcação alguma.

O mar está um tanto agitado.—Vento SO. fresco.

Do dia 13

Entrou o patacho *Ingles Hammak Jane*, de Gibraltar em 4 dias, em lastro.

Saiu ás dez horas da noite do dia 12 o vapor *D. Luiz*, para Lisboa.

O mar bom.—Vento SO.

De Tavira, do dia 12

Entrou o cahique portuguez *Livramento e Conceição*, de Gibraltar em 2 dias, com varios generos.

Não saiu embarcação alguma.

Avistam-se o vapor de guerra *Argus* e cutter *Li-gero*, cruzando na costa.

O vento esteve de manhã S., e agora SO., regulares.

Do dia 13

Tocou de passagem n'este porto, pela uma hora da madrugada, o vapor portuguez *D. Luiz*, vindo de Villa Real de Santo Antonio, e seguiu seu destino para Lisboa pelos portos de sua carreira.

Não saiu embarcação alguma.

Bom tempo.—Vento SO.

De Lagos, do dia 11

Chegou o vapor portuguez *D. Luiz*, de Lisboa, desembarcou passageiros, e seguiu para Villa Nova de Portimão.

Entrou o cahique portuguez *S. Gonçalo e Gloria*, de Albufeira, em lastro.

Mar bom.—Vento SO.

Do dia 12

Entrou o falucho hespanhol *Angustias*, de Ayamonte, para completar carga.

Mar bom.—Vento SO. regular.

De Villa Nova de Portimão, do dia 11

Não entrou embarcação alguma.

As seis horas da manhã tocou n'este porto o vapor portuguez *D. Luiz*, vindo de Lisboa